Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 12 de dezembro de 2024

Ata N.º 29

No dia doze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e quarenta e dois minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

PONTO 2 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029

PONTO 3 – Mapa de Pessoal para o ano de 2025 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

PONTO 4 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos – Adjudicação

PONTO 5 - Empréstimo bancário de curto prazo para reforço da tesouraria

PONTO 6 – Acordo Complementar ao Auto de Transferência Nº ARSLVT/035/2023

PONTO 7 – Alienação de terrenos – Hasta Pública

PONTO 8 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante de empréstimo de médio e longo prazo, adjudicado à Caixa Geral de Depósitos, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada dos membros efetivos da Assembleia Municipal

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;
- Sr. João Manuel da Cruz;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa;

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sra. Maria Clara dos Santos Félix.
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques;
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira;
- Sr. Carlos Henrique Catalão Alves.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão;
- Sra. Claúdia Sofia Sebastião Estevão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se as seguintes ausências:

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sr. Carlos Henrique Catalão Alves.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Colin Michael Mateus Marques.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sra. Cláudia Sofia Sebastião Estevão.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Vereadora Julieta da Fonseca Rodrigues;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos de Sousa;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de ausência do país, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontra presente.
- **Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro** que se encontra presente.
- **Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Florbela da Conceição Rita Guarda Garcia** que se encontra presente.
- **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos André Caetano da Silva** que se encontra presente.
- **Sr. Jorge Manuel Cândido Mares do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Helena Maria Bráz de Almeida Matos Gaspar** secretária do executivo.
- **Sr. Carlos Henrique Catalão Alves,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde (intervenção cirúrgica), tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Mário Manuel Ferreira Teixeira** que se encontra presente.
- **Sr. Colin Michael Mateus Marques do PPD/PSD,** justificou ausência à sessão, por motivos saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra** que se encontra presente.

- **Sra. Cláudia Sofia Sebastião Estevão do CHEGA,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Valter José Malveiro Ferreira** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, **o Sr. Carlos Alberto das Neves Moço da CDU, a Sra. Claudia Alexandra Carvalho Sebastião dos Santos Ferro, Sra. Florbela da Conceição Rita Guarda Garcia, o Sr. Carlos André Caetano da Silva do PS, Helena Maria Bráz de Almeida Matos Gaspar e o Sr. Mário Manuel Ferreira Teixeira do MCCP, a Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra do PPD/PSD, e o Sr. Valter José Malveiro Ferreira do CH,** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Reitero as boas noites a todos e todas, caríssimos membros e caríssimas membros da Assembleia Municipal de Palmela, bem-vindos a esta sessão ordinária, cumprimento o Sr. Presidente de Câmara, os Srs. Vereadores e a Sras. Vereadoras, tenho que fazer isto mais devagarinho que é para vocês enfim relaxarem um pouco, cumprimento especial também para quem assiste à sessão por streaming, diria eu no calor das suas casas e cumprimentava também o público presente e os técnicos do município em exercício de funções aqui. Temos uma série de ausências que eu vou passar a relatar e passamos à chamada.

Período de Intervenção dos Munícipes

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito bem, muito obrigado.

Uma informação prévia que recebi da parte do Sr. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela, um pedido para que a assembleia se pronunciasse e nomeasse um novo elemento para a sua modalidade alargada em função da cessação por ter chegado ao fim do mandato e ao fim dos mandatos possíveis na comissão a Teresa Marta Joaquim, contudo este e-mail só me chegou no dia 10 de dezembro pelo que não chegou a tempo de o incluirmos na ordem de trabalhos.

Eu comunicarei isto também ao Sr. Presidente da CPCJ, será um dos temas que traremos na reunião ordinária de fevereiro.

Temos uma sessão ordinária, portanto temos período de antes da Ordem do Dia, se algum dos elementos do público presente quiser intervir este é o momento.

Não há intervenções, muito obrigado.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Passamos ao Período de Antes da Ordem do Dia, tenho uma saudação que foi entregue à mesa e que foi distribuída por todos os grupos e é uma saudação apresentada pelo Partido Socialista.

Portanto façam favor de a apresentar.

Saudação do PS "Comemorar o Centenário do Nascimento de Mário Soares"

Tomou a palavra o **Sr. Carlos André Caetano da Silva** para apresentar a saudação, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Trata-se de uma saudação, intervenções neste período?

Joaquim Pires faz favor."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

Sr. Presidente é uma declaração de voto.

A CDU, vai-se abster nesta saudação e tem uma declaração de voto que é a seguinte:

Os cem anos sobre o nascimento de Mário Soares, o centenário percurso do PCP pela Liberdade democracia e pelo socialismo cruzou-se em lutas comuns contra o fascismo com a ação política de Mário Soares mas foi também marcado por momentos de confronto e divergência quanto ao caminho a seguir pela revolução Portuguesa que marcam a história do PCP e do PS numa relação que sempre procuramos ser de frontalidade de coerência, e de respeito mutuo, reconhecendo as convergências na luta antifascista o nosso voto hoje aqui sustenta que o PCP não apaga nem silencia o papel negativo de Mário Soares referência maior do PS na viabilização do processo contrarrevolucionário na resistência À Revolução e no apoio que para tal Procurou nas Forças de direita.

Igualmente nos opusemos ao processo de abertura dos governos que liderou do ataque ao normativo constitucional nos planos económicos social e na investida contra os direitos fundamentais dos trabalhadores e do Povo.

Divergimos igualmente das convicções europeístas e não abdicamos considerar que lesaram e lesam a soberania e em Independência nacionais haveríamos de nos encontrar em momentos apertados da vida política nacional em que o PCP como ao longo da sua Centenária existência não faltou a Portugal e aos portugueses registamos a intervenção política Permanente no seu caminho Mário Soares não regateou e como súmula Independente de aspetos diferenciados assinalamos as opções que trouxeram consequências negativas para a realidade do país bancada da CDU, Assembleia Municipal, 12.12.2024.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

De qualquer forma em ata não é uma declaração de voto, é uma declaração porque a declaração de voto tem que ser feita posteriormente à votação, mas é a declaração da CDU, está perfeitamente, não há nada ao obstar em relação a isso.

Mais alguma intervenção nesta fase?

Carlos Vitorino do PPD/PSD, faz favor.

O **Sr. Carlos Vitorino PPD/PSD**:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta sala também uma palavra àqueles que nos seguem lá fora e referir que o partido social democrata votará obviamente a favor desta Saudação.

E aliás a intervenção da CDU acabou por ajudar a minha intervenção porque é precisamente por isso que votaremos a favor independentemente se houvesse outros motivos divergências há e houve eu recordo-me que salvo erro votei no Dr Mário Soares uma vez, pessoalmente, houve caminhos que foram seguidos que poderiam ter sido melhor seguidos aliás aqui até a própria saudação refere relativamente à questão da descolonização e da entrega de vários país países, ex. colónias a movimentos de libertação que na altura lutaram na Guerra Colonial também da Independência porque eles tinham de facto também motivos para lutar mas que mais não foram do que e movimentos de aprisionamento dos seus próprios povos ficaram sujeitos também a ditaduras portanto é verdade que houve erros também erros a meu ver governativos há divergências agora o papel de Mário Soares na implementação da democracia em Portugal como hoje a conhecemos e como hoje a queremos é inegável.

O papel de Mário Soares contra toda e qualquer tipo de imposição de ditaduras é inegável e é a ele que também o devemos tal como Francisco Sá carneiro que esteve sempre a seu lado. O papel de Mário Soares contra a unicidade sindical em que havia o sindicato único no fundo os sindicatos que vinham do estado novo foram apropriados a uma determinada central e continuariam a ser a única Central Sindical com Mário Soares, Salgado Zenha, Sá Carneiro e muitos outros foi conseguido e nasceu uma outra Central Sindical de cariz democrático.

É claro que a Democracia para alguns é apenas aquilo que eles acham que é mas não a democracia não é nada mais do que a expressão do voto e a expressão do voto que logo na Assembleia constituinte em 1975 deu a um partido 2,5% ao outro 26 ao PPD e ao partido socialista na altura 40% isso sim, isso é a democracia e Mário Soares foi fundamental já agora referir que quando se diz que e a direita queria a Ilegalização do PCP houve de facto alguma direita que queria Sá Carneiro nunca o quis, quis afastar sim do governo e havia razões óbvias e objetivas para isso após o 25 de novembro, mas também a verdade é que após isso só chegaram ao governo vá lá ver-se sem nunca terem chegado, mas só suportaram um governo passado muitos anos que foi a chamada geringonça, portanto a verdade é que a Mário Soares nós demos de facto o facto de hoje também sermos livres por isso o meu agradecimento.

Obrigado.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Mais alguma intervenção?

Patrícia Valente PS, faz favor.

A **Sra. Patricia Valente do PS:**

Boa noite a todos e a todas.

Existem determinados temas, determinados assuntos, e determinadas pessoas, que merecem a união de todos e todas independentemente da nossa posição política. Mário Soares foi sem dúvida uma das pessoas mais importantes na luta contra o fascismo, na luta pela democracia, pela Liberdade, todos nós devemos um bocadinho ao trabalho que f oi desenvolvido por ele e também por outros por outras pessoas nomeadamente Sá Carneiro, nomeadamente Álvaro Cunhal e muitas outras pessoas que nesta época tiveram um desempenho fundamental para que nós hoje possamos viver em liberdade e queríamos pronunciar-nos em relação a isso.

Lamentamos que a posição da CDU, nesta saudação seja de abstenção, mas queríamos só também referir que em determinados assuntos é bom privilegiarmo-nos alguma maturidade política tendo em conta o tema, tendo em conta o assunto, e tendo em conta a relevância que Mário Soares teve na vida de todos nós.

O **Sr. Presidente da Mesa:**
"Não há mais intervenções?

Joaquim Pires, CDU, é um rodapé Joaquim se faz favor."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"É muito rápido, surpreende-me a frase do Senhor Deputado Vitorino dizendo que foi a intervenção da CDU que o levou a ter intervenção que teve, quando nós sabemos efetivamente, mais compreensível é a intervenção da representante do Partido Socialista, mas quando nós sabemos que os verdadeiros objetivos e aquilo que pensa à direita relativamente também ao Dr. Mário Soares, é completamente diferente daquilo que o senhor aqui tentou fazer crer aos restantes aqui presentes, é diferente, só por isso, não foi a intervenção da CDU."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Ficamos por aqui na saudação.

Vamos votar a saudação que tem como título "Comemorar o Centenário do Nascimento de Mário Soares.

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com dezasseis votos a favor (nove do PS, quatro do MCCP, e três do PPD/PSD) e com treze abstenções (onze da CDU, dois CH).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Passamos ao Período Antes da Ordem do Dia, para intervenções dos seus membros da Assembleia sobre alguns assuntos que queiram trazer à lissa nesta fase da reunião.

Pedro Biu PS, faz favor.

O **Sr. Pedro Biu do PS:**

Boa noite, permita-me cumprimentar todos os presentes através da sua pessoa Sr. Presidente e todos os que estão lá em casa a assistir.

Eu não precisei de tapar a cara e o nome para votar no Mário Soares, já votava felizmente.

Só três aspetos que eu gostava de trazer aqui e gostava de interpelar o executivo e o Sr. Presidente da Câmara, se já há novidades sobre o Largo D. Maria, se alguma evolução relativamente a fazer alguma intervenção, aquele Largo continua enfim desde há uns anos, desde que a bomba de gasolina saiu dali, sabem que é um tema que eu custo-mo trazer e desde a última intervenção que foi talvez há 3 anos estamos na mesma situação, gostava de saber.

A bancada do Partido Socialista gostava também de saber se há alguma regulamentação legislação relativamente à existência de equipamentos de comunicações de antenas no cimo dos telhados. Pergunto isto porque aqui bem perto no prédio onde é o notário, há um equipamento gigante, mas depois, painéis solares não se consegue meter em Palmela no Centro Histórico e aquele equipamento parece uma estação orbital quase, não sei até que ponto poderá inclusive ter algum aspeto negativo na sustentabilidade do prédio porque são equipamentos pesados.

Também gostava de perceber as alterações do trânsito houve aqui junto ao São João porque me parece quando tínhamos uma artéria que fazia com que o trânsito saísse do Centro Histórico agora fazemos um caminho ao contrário e estamos a levar carros para o Centro Histórico, quando deveríamos fazer penso eu, o contrário, são estas três questões.

A outra, não é nem uma saudação, nem uma moção, mas faz hoje 48 anos que foram feitas as primeiras eleições autárquicas após o 25 de Abril, e acho que estarmos aqui todos também é algo que nos satisfaz.

Muito obrigado, boa noite.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado, Pedro Biu também por essa lembrança relevante na história contemporânea de Portugal.

Mónica Piçarra do PPD/PSD, faz favor.

"A **Sra. Mónica Piçarra do PPD/PSD:**

Obrigada Sr. Presidente.

queria cumprimentá-lo e cumprimentar todos os que nos seguem e aproveitar também para desjar a todos umas boas festas.

A minha pergunta tem a ver com o Cemitério de Palmela.

O Cemitério de Palmela encerra à segunda-feira justificado pela necessidade de efetuar a manutenção e limpeza, no entanto o que se verifica no cemitério é exatamente o oposto, é certo que houve o arranjo da capela, mas o que se vê por todo o cemitério são escadas partidas, desníveis na calçada, estadas levantadas com pedras espalhadas por todo o cemitério tendo em conta que é um sítio frequentado por muitas pessoas, sobretudo idosos o que torna o perigo maior, eu gostaria de saber o se a câmara tem prevista alguma intervenção de fundo na reabilitação do cemitério.

Obrigada.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Mais intervenções?

Eu tenho um outro pedido, mas é também do PSD e, portanto, tentaria aqui intercalar, não havendo possibilidade disso Teresa Marta Joaquim PPD PSD faz favor.

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD:**

Obrigada Sr. Presidente, em seu nome cumprimento todos os restantes que cá estão.

Eu tenho seis pontos, já reduzi a cinco porque eu também como já não vinha cá há muito tempo também tenho saudades de colocar estes pontos ao Sr. Presidente da Câmara.

Sobre a Estrada dos Carvalhos e que foi finalmente beneficiada com novo tapete de cimento, eu gostaria de perguntar o seguinte, portanto a obra tem identificada como: (2 meses para conclusão) honestamente não sei se os dois meses já passaram ou não, mas independentemente disso as perguntas são honestas e dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara.

Para quando a sinalização horizontal uma vez que, de facto, já está preparada há bastante tempo. Se vai haver sinalização vertical com limite de velocidade e qual o limite de velocidade previsto e se estão previstas ou não a criação de lombas, porque eu passo nessa estrada muitas vezes e efetivamente agora com aquele tapete novo, maravilhoso, aquilo parece um rally efetivamente com a velocidade que se atinge, e por isso são estas três questões, portanto, quando a sinalização horizontal, qual é o limite de velocidade que aquela estrada irá ter estrada dos Carvalhos, e se estão previstos ou não lombas que permitam velocidades mais lentas.

Depois em relação ao viaduto da Rua António Sérgio em Pinhal Novo, e aqueles que conhecem ou poderão não conhecer tão bem o viaduto começa junto ao mercado municipal nessa rotunda e termina nos semáforos da Rua António Sérgio no outro lado do Pinhal Novo, há uma paragem da Carris Metropolitana no início da subida ou seja esta paragem da Carris Metropolitana está em pleno viaduto, no lado norte claro, logo a seguir à passadeira, passadeira essa que está imediatamente a seguir a quê à rotunda, ora bem, nomeadamente em horas de ponta a rotunda enche os carros ficam parados gerando filas como é lógico que ficam a aguardar nomeadamente quando o autocarro está a recolher ou a deixar passageiros.

A minha pergunta é qual a possibilidade Sr. Presidente, de relocalizar esta paragem porque até é perigoso para as pessoas que atravessam o viaduto e claro que nós podemos sempre dizer as pessoas atravessam e têm uma passadeira para atravessar é verdade, algumas delas não querem ir atrás para apanhar a passadeira para atravessar, mas geralmente o que é que fazem atravessam em frente ao Autocarro colocando em causa a sua própria vida. Atravessam o viaduto no sentido do antigo matador sem irem de facto à passadeira.

Ainda sobre a segurança dos espiões no atravessamento deste viaduto, sentido antigo matador para o mercado municipal e vice-versa, como a passadeira fica junta à rotunda e atenção não estou a sugerir que se coloque uma passadeira em pleno viaduto, mas de facto há muita gente a atravessar na zona da subida com uma curva que condiciona a visibilidade, mais uma vez, claro que sim, são as pessoas que colocam em risco a própria vida. Sr. Presidente não tem qualquer culpa que as pessoas se comportem desta forma, mas a minha pergunta é, qual a hipótese de colocação de equipamentos de contenção e segurança que possam evitar que os peões atravessem o viaduto naquela zona aumentando assim a sua própria segurança.

Gostaria de saber, porque estive no site da Câmara Municipal e não conseguia encontrar e se o Sr. Presidente se este número que o senhor presidente encontrar se o número que encontrar for zero eu ficarei muito feliz como todos os restantes penso eu.

Estamos numa altura de Natal e de frio e lembram-nos sempre muito mais destas situações se conseguimos saber qual é o número de sem abrigo no concelho de Palmela, considerando que a taxa de 23% em 2023 a nível nacional é bastante e recordando também aqui já que estamos em fases de recordar a comemoração dos 76 anos da Proclamação da Declaração Universal dos direitos humanos em que, uma das grandes frases dessa declaração é que todos os seres humanos nasçam iguais e livres, e que sabemos que não acontece, mas é como lhe digo Sr. Presidente, eu tive à procura dessa informação, não encontrei e possivelmente o Sr. Presidente vai dizer que o número de sem abrigos num concelho é zero, o que seria ótimo e vou já acabar, é a última, quantos computadores é que, se é, que sabemos estão avariados nas escolas do concelho e se possível quais as escolas com a maior incidência de computadores avariados. Muito obrigada."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.
Não tinha registado mais nenhuma intervenção e por isso o PSD, fez as duas intervenções de seguida e fecho aqui o período de intervenções dos membros da Assembleia Municipal e passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que tentará responder enfim, com os dados que tem àquilo que aqui foi questionado.

Sr. Presidente faz favor.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Boa noite Sr. Presidente, restantes membros da mesa, Sras. e Srs. da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, público presente, quem nos acompanha também na transmissão via streaming e trabalhadoras e trabalhadores que dão suporte a esta reunião.

Agradecendo as questões Sr. membro da Assembleia Pedro Biu, Largo Dona Maria I, o projeto voltou às Infraestruturas de Portugal na sequência de uma introdução mais uma correção solicitada \por esta entidade, contudo, pensamos que estamos mesmo no final das aprovações e é por isso que está nas grandes opções do Plano, a rubrica aberta verba e possivelmente até vamos procurar encontrar financiamento acrescido para a concretização desta obra em 2025.

Licenciamento, antenas, nós temos duas questões distintas nesta matéria por um lado na sequência de um levantamento que fizemos na área do Centro Histórico e também na sequência de benchmarking que fizemos na Associação Portuguesa dos Centros Históricos fizemos benchmarking, mas também levamos conhecimento. Fizemos um trabalho de campo e também de regulamentação no sentido de apurar quais aquelas que tinham sido efetivamente licenciadas, porque neste momento não poderiam sê-lo, não é face aos novos regulamentos e legislação e nessa sequência depois de falarmos

com os proprietários das Antenas e muitas vezes também com as empresas utilizadoras das Antenas que são entidades distintas, desse levantamento e das inconformidades encontradas e depois termos tentado que se juntassem alguns operadores e utilizassem apenas uma antena dissimulada e que pudessem neste caso colocar os vários retransmissores num único suporte houve quem se nos dirigisse para conversar sobre esta matéria e houve quem não o fizesse, nesse instante enviamos para a fiscalização aquilo que tínhamos que enviar as notificações foram produzidas e finalmente começaram a produzir efeito, é que já houve quem desmontasse antenas, já há menos antenas em particular na zona do Centro Histórico há entidades que ainda estão a procurar alternativas comprometendo-se "a", a própria paróquia tá preocupada porque tinha ali uma fonte de rendimento pois mas de facto junto a um edifício classificado, já saiu? Há dias? Essa é uma das que estava, mas há outras, não vou aqui falar o nome das rádios, nem o nome das empresas que são conhecidas e que utilizam obviamente porque Palmela tem este posicionamento neste morro privilegiado, mas de facto isto tem impactos negativos na paisagem.

Depois o outro fenómeno e, portanto, este processo está em curso mesmo recentemente estivemos com a própria operadora telefónica no antigo edifício aqui em Palmela, fomos visitá-lo até para ver se havia espaço eventualmente para algumas soluções que o município pretende encontrar de arquivos disto e daquilo e fomos ver que infelizmente ainda há ali muita coisa a funcionar não pode ser ainda desativado mas com o tempo, com as fibras aquilo há de ser alterado porque desafiamos precisamente a empresa a vir a aceitar e outros retransmissores de outras empresas cujas antenas vão ter de ser desmontadas para ficar apenas uma e também com processos de dissimulação e dos impactos visuais.

Temos a questão dos Bombeiros, também mandamos algumas empresas para falarem com os bombeiros porque os bombeiros não deixarão de ter até porque temos ali o Comando Distrital e levamos algumas empresas para estabelecerem contactos com a Associação de Bombeiros de Palmela que hão de contratualizar os termos e as condições para ver se se junta tudo naquela zona.

O outro fenómeno que existe da de outras operadoras telefónicas e não só, são contratos que alguns condomínios fazem e é evidente que aquilo tem uma série de legislação de proteção das pessoas, das ondas magnéticas, disto, daquilo, do outro, em princípio essas questões estão salvaguardadas até pela entidade que licencia também, mas no município grande parte dessas situações também não estão declaradas, nem licenciadas mas essa é outra fase que estamos também a procurar fazer o levantamento e aferir da legalidade desses instalações.

Alterações de trânsito, eu compreendo qualquer alteração cause sempre num primeiro momento algum transtorno o que lhe quero dizer é que os serviços do município estudaram bem a situação e esta alteração não surgiu porque alguém se lembrou de fazer e no outro dia de manhã teve uma ideia, esta alteração decorre de

vários problemas de segurança sobretudo em períodos de grandes atividades aqui no Largo de São João, de cortes sucessivos de trânsito nesta zona e depois como é que se volta para trás, etc. e nos últimos anos várias Associações, a própria Festa das Vindimas e a Proteção Civil também confrontada com alguns incidentes etc. procurou um uma solução alternativa eu creio até porque já testei o circuito que não estamos a ir para o Centro Histórico, porque nós depois queremos voltar de novo para a rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral e temos solução para o fazer e a alteração foi validada pela Junta de Freguesia de Palmela pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, pela GNR, e decorre de um estudo do local que considera que assim é menos impactante o trânsito nesta zona e também quando houver aqui alguma atividade é possível sair da zona e sem ser impedido de circular, alterando aqui os sentidos.

Houve enfim algumas pessoas que ficaram apreensivas com a alteração, mas, vamos ver, vamos testar se efetivamente funciona ou não, para já, é uma questão de hábito é como tudo, mas foi esta a fundamentação.

Sra. Membro da Assembleia Mónica Piçarra, as questões do cemitério, nós procuramos tê-lo como deve calcular em boas condições, é um espaço muito utilizado, muito visitado, mas também é um espaço onde há muitas incidências por via do desmantelamento de campas, tira, põe pedras máquinas e é normal que essas obras causem constantemente alguns problemas na calçada nos lancis etc. os nossos serviços procuram sinalizar essas necessidades, há também o acordo até no âmbito do contrato Interadministrativos com a Junta de Freguesia de Palmela para que a reposição de calçada seja feita pela Junta de Freguesia e o nosso Vereador vai procurando quando isso não é suficiente contratualizar serviços ou pedir apoio a outras brigadas municipais para termos o espaço nas devidas condições. Creio que houve lá um problema também na sequência das chuvas, já la vai um mês, há arrastamento de terras e há zonas que por vezes abatem e que importaria agora era agirmos o mais depressa possível até porque a aproximamo-nos de um período que sabemos que há o hábito também de quem não pode estar connosco na consoada, irmos visitar pelo menos espiritualmente o espaço e portanto, espero que consigamos reparar se não tivermos o apoio da Junta e haveremos de conseguir vamos conseguir fazer isso, agradeço-lhe a observação.

Relativamente à Estrada dos Carvalhos, Teresa Marta não é um tapete de cimento, é um tapete de betuminoso, a empreitada com a generalidade de todas as outras empreitadas só leva sinalização horizontal depois de algumas semanas, tecnicamente deve-se deixar porque a aderência depois da sinalização e das tintas é mais eficaz, depois como isto é feito num período de alguma instabilidade atmosférica, mas pronto a empreitada integra a sinalização horizontal. Foi feito um adicional e um uma outra empreitada em paralelo para rematar ali com uma zona de lancil e calcetamento o entroncamento com a Nacional 379 e há uma zona que vai ter um sentido único e outra zona que mantém dois sentidos para acautelar a passagem de peões em segurança considerando que o perfil nalgumas zonas não permite fazer passeios regulamentares vamos utilizar um método que se utiliza em todo o mundo mesmo eu estive em Lisboa e passei por uma zona dessas junto da Estação de Santa Apolónia que é a utilização de postes em plástico com refletores não é para que as pessoas possam circular ali em segurança, não vai ter lombas isso das lombas a gente não pode pôr lombas

em todo lado, e quanto há velocidade eu não tenho aqui o projeto não sei se é 40, nós temos estado a colocar em muitas zonas urbanas e onde há esta questão de zonas mistas em que bicicletas e pessoas às vezes andam ali na berma da estrada ou pela estrada, costumamos colocar zona 30, eu não sei se é isso que está no projeto em todo o caso também é concebido que não se pode circular naquela via a mais de 50 km/h, como na generalidade dos perímetros urbanos e portanto não tenho resposta relativamente à sinalização de limite de velocidade que lá vai ser colocada não sei se a Sra. Vereadora tem mas eu aqui não tenho essa informação, lombas não vai ter de certeza.

Relativamente à questão colocada na parte norte de acesso ao Viaduto das Infraestruturas de Portugal que desagua na Rua António Sérgio em Pinhal Novo e a questão do Autocarro a colocação do totem e da paragem do Autocarro foi devidamente estudada e está tecnicamente bem executada porque não sei se sabe, mas a Direção Geral de Viação tem normas que define a que distância os autocarros têm que estar, ou as paragens das curvas das passadeiras, etc. etc. por outro foi uma paragem muito reclamada, muito reclamada, porque felizmente o complexo serviço e Mercado Municipal tem cada vez mais gente e clientes e nós incentivamos as pessoas a não levarem o carro para lá, porque se todos os clientes levarem o carro é evidente que há mais carros do que lugares disponíveis e portanto a paragem está bem colocada, não é o autocarro que enfim, implica ali demoras significativas no trânsito aliás às horas de ponta e eu passo lá todos os dias a horas de ponta, o que se passa com estes movimentos pendulares norte sul levar miúdos à escola etc. etc. e andamos devagar

em todo o lado e se e se a paragem tivesse colocada por exemplo na rua da Praça da Independência aí ainda parava mais trânsito se calhar até fazia parar o trânsito nas duas rotundas, se eu ficasse ali a meio da Praça da Independência onde em tempos já teve uma paragem quase à porta do mercado e portanto isso foi tudo devidamente estudado. Agora há de facto ali uma situação de perigo no atravessamento mas que não é com mais uma passadeira porque não é correto tecnicamente é um convite aos acidentes é uma ratoeira para os condutores e é uma ratoeira para os peões não é colocar mais uma passadeira naquela zona, será como eu já defendi logo na altura mas a Infraestruturas de Portugal entendeu não fazer é o prolongamento do varandim vou dizer assim, ou do corrimão se quiserem ou da Baia até à passadeira, porque é evidente que as pessoas teimam em atravessar ali, até eu que defendo que não se deve atravessar, muitas vezes não resistimos não é bom eu creio que a solução de contenção desses hábitos pode passar por alguns sinais de alerta e de perigo para o atravessamento naquela zona e por esta situação de prolongar ali aquela baia de proteção como quiser chamar para as pessoas não serem tentadas a pisar a relva e atravessar pondo a sua vida em perigo.

Número de sem abrigos no concelho de Palmela, nós não temos números oficiais recenseados, temos nota durante cada ano de três quatro, cinco, situações no máximo mas que não são sem abrigos no conselho de Palmela, aliás as nossas equipas técnicas da Segurança Social, uma técnica de uma instituição que tem esta missão, quando fazem as abordagens que são sinalizados e vamos ao encontro deles sabemos onde eles geralmente aparecem num caso, ou noutro, nunca conseguimos levar ninguém para um quarto, nunca conseguimos institucionalizar ninguém, nem nunca conseguimos até que alguns tratassem da sua documentação porque estão indocumentados e as pessoas até recusam e recusam porque pronto estão ali transitoriamente e em particular em Pinhal Novo porque depois circulam, apanhando a linha do caminho de ferro circulam e por outras localidades nós costumamos identificar pessoas quer na zona do mercado de produtores atrás do mercado municipal quer por baixo de uma escadaria de acesso a uma galeria técnica da biblioteca municipal, já encontramos pessoas na Rua Primeiro de Janeiro em zonas parecia quase de campismo abarracado num terreno particular e há muitos anos no Monte do Francisquinho felizmente foi reabilitado e não tem tido também felizmente intrusão porque quero dizer-lhe que o município com algumas instituições uma delas até no Monte do Francisquinho é a Liga dos Combatentes temos sempre um plano para poder acolher pessoas que efetivamente não deveriam passar a noite e em particular neste período na rua . Não nos preocupa a questão do aspeto e do impacto preocupa-nos o bem estar e a dimensão humana que devemos ter para com estas pessoas, mas não tem sido fácil demovê-las desta prática, para alguns não estou a generalizar mas, estes casos que temos já debatemos isto é quase um modo de vida, também há quem já tenha saído deste modo de vida mas depois mais tarde por uma questão qualquer volta, depois estas pessoas têm outros problemas, outras disfunções, mas se não querem ser apoiadas nós não conseguimos levá-las à força já agora dizer também que as forças de segurança acompanham nestas equipas não é e não é para amedrontar ninguém nem para fazer mal a ninguém é para sinalizar, para identificar, e às vezes até são eles os primeiros a alertar-nos também as equipas que trabalham connosco no atendimento social e nesta frente de trabalho.

Penso que genericamente procurei esclarecer as questões.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Faltaram a questão dos computadores.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Ah! não temos o número, sabemos que o número é elevado, mas, sabemos isso, que é uma responsabilidade do Ministério da Educação temos discutido com a presença do senhor representante da DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e com os diretores e diretoras das escolas e agrupamentos. este problema porque a verba que vem mesmo no âmbito da transferência de competências já nem lhe chamo descentralização, para reparações, conservações, etc. aquilo não dá para pagar as fechaduras como eu costumo dizer, e temos reclamado um plano de intervenção porque não é aquilo que está a acontecer infelizmente, as escolas estavam habituadas também a viver um bocadinho com a disponibilidade de alguns professores, até de alguns alunos para reparar, ultimamente não, estão lá amontoados e alguns encarregados de educação que reclamam, eu já tive essa resposta (olhe mande arranjar), porque já pediu substituição do computador então

substituam, não mande arranjar, não temos novidade quando é que isto será arranjado começa a ser uma questão preocupante e já é notícia a nível nacional, espero que o atual governo possa encetar aqui uma medida porque não fica bem ao estado, entidades públicas terem investido neste equipamento algumas escolas que passaram até a depender e a funcionar e a fazer opções por manuais digitais e outras coisas mais, e que agora estão impedidos de utilizar este apoio tecnológico porque tem que ser entendido como uma ferramenta para as aprendizagens.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado Sr. Presidente.

Teresa Marta, faz favor.

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD:**

Obrigada.

Sr. Presidente, fiquei só com uma dúvida e obrigada pelos esclarecimentos que prestou.

Em relação à Estrada dos Carvalhos, quando o Sr. Presidente diz que o não é possível naquelas circunstâncias colocar passeios e realmente aquilo tem manilhas etc. dos proprietários, não é possível colocar passeios dos dois lados é isso?

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Mesmo na zona onde vamos fazer essa zona pedonal protegida pelas baias é só de um lado.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito bem, obrigado.

Fechamos aqui este período de antes da Ordem do Dia, não temos atas para aprovar e, portanto, avançamos para a ordem de trabalhos, ponto um, sendo que a atividade que temos corresponde ao periodo de um de setembro a trinta e um de outubro.

Sr. Presidente faz favor.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Num período de forte dinâmica sociocultural, marcado pela realização de duas das iniciativas mais identitárias e com maior capacidade de atração de públicos ao Concelho – a Festa das Vindimas e a Feira Medieval de Palmela – e de múltiplas ações de iniciativa municipal ou do movimento associativo, os serviços deram resposta, igualmente, ao arranque do novo ano letivo, com impactos em múltiplas dimensões da atividade do Município.

A criação de melhores condições de trabalho é um objetivo de continuidade, sublinhando-se o lançamento do concurso para empreitada de beneficiação do posto de Atendimento Municipal e polo da Biblioteca Municipal em Quinta do Anjo, a instalação de nova porta dupla no complexo de serviços do Mercado Municipal de Pinhal Novo e vários projetos em execução. Em conclusão, o projeto de execução para requalificação do edifício

Coopinhal, que irá acolher os serviços de administração urbanística. São de realçar as pequenas reparações em edifícios, equipamentos e materiais municipais, asseguradas por administração direta. De igual modo, o Município continua a apostar no reforço e na valorização das suas equipas, tendo-se realizado, nos meses em apreço, 12 sessões de acolhimento para 24 trabalhadoras/es. Entre o diversificado plano de formação, destaque para a conclusão do processo RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, com a obtenção da qualificação de 12.º ano por parte de seis trabalhadoras/es.

No campo do Programa de participação cidadã "Eu Participo!", tiveram sequência as segundas fases do ciclo 2025 dos projetos dedicados a munícipes, com cinco sessões descentralizadas para apresentação das propostas selecionadas para votação (tendo decorrido, também, o período de votação), e a trabalhadoras/es municipais, também com cinco sessões, em diversos locais e horários. Com o início do novo ano letivo, inscreveram-se no projeto "Agentes Eu Participo!" 19 turmas de 1.º ciclo e de ensino pré-escolar.

A fim de assinalar o Dia Municipal para a Igualdade, a Autarquia divulgou informação de apoio, bem como a Campanha Nacional de Sensibilização para a Partilha das Responsabilidades Familiares entre Homens e Mulheres "Responsabilidades Partilhadas, Tempo Multiplicado", desenvolvida pela Rede de Autarquias para a Igualdade, que integramos. A distinção pela CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, na 7.ª edição do prémio "Viver em Igualdade", veio reconhecer as boas práticas do Município na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, a nível interno e no território, enquanto agente de desenvolvimento.

Palmela foi o primeiro Município do país a apresentar o seu Programa Municipal de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais 2025, validado, neste período, pela Comissão Sub-regional de Fogos Rurais da Área Metropolitana de Lisboa. Procedeu-se ao pagamento da última tranche, de 150 mil euros (50%), à Associação Humanitária de Bombeiros de Palmela, relativa à aquisição de um veículo urbano de combate a incêndios, dando cumprimento ao Contrato-Programa assumido. Como forma de sensibilização e apoio a populações mais vulneráveis, em meio rural, a Academia de Proteção Civil realizou ações sobre o uso correto e legal do fogo na realização de queimadas, em Poceirão e Águas de Moura. A realização da 9.ª Feira Medieval justificou a criação de um posto de comando nas instalações do Serviço Municipal de Proteção Civil, para coordenação das equipas e meios afetos ao dispositivo de bombeiros presente no recinto.

Em linha com o crescimento demográfico que continua a registar-se no Concelho, o início do ano letivo 2024/25 contou com a entrada em rede de mais uma sala de educação pré-escolar, na EB Cabanas, e duas salas de primeiro ciclo, na EB Salgueiro Maia (Pinhal Novo) e na EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo). À data, encontrava-se a decorrer a fase de diagnóstico, inerente à revisão da Carta Educativa do Município de Palmela, bem como o período de candidaturas à atribuição de Bolsas de Estudo, que o Município aumentou, este ano, de 70 para 100. A Receção à Comunidade Educativa congregou 359 participantes na sede do Teatro O Bando, num importante momento de boas-vindas e partilha de informação sobre os Recursos Educativos Locais, estando o Caderno de Recursos Educativos 2024/25 disponível *online*. A fim de preparar o arranque das aulas sem sobressaltos, foram colocadas 16 trabalhadoras, auxiliares de ação educativa, nas escolas, a fim de substituir trabalhadoras/es em situação de ausência prolongada; encontrava-se em curso um procedimento para colocação de trabalhadoras/es, ao abrigo de Contrato de Emprego e Inserção, celebrados com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional; e o procedimento concursal para assistentes operacionais apurou mais de três centenas de candidatas/os elegíveis. Ainda durante a pausa letiva, realizaram-se várias ações de formação e capacitação do pessoal não docente.

No que respeita ao parque escolar, concluiu-se a substituição integral da cobertura do Jardim-de-Infância n.º1 de Olhos de Água e deu-se início à empreitada de requalificação do logradouro do 1.º ciclo da EB Joaquim José de Carvalho (Palmela). Entretanto, foram adjudicados a remodelação do logradouro do pré-escolar da EB Salgueiro Maia (Pinhal Novo), o projeto para a nova EB de Palmela e os projetos de requalificação e modernização das EB dos 2.º e 3.º ciclos Hermenegildo Capelo (Palmela) e José Maria dos Santos (Pinhal Novo). Relevam-se, ainda, diversas outras intervenções e projetos em execução e ações de conservação em pisos de segurança e equipamentos de Espaços de Jogo e Recreio escolares.

Para assinalar o Dia Mundial da Saúde Mental e continuar a alertar para a importância do tema, o Município realizou o 2.º Seminário Nacional Saúde Mental, sob o tema "Saúde Positiva", que voltou a despertar grande interesse, reunindo cerca de uma centena de participantes no Espaço Fortuna, em Quinta do Anjo. Com o

mesmo objetivo, manteve-se o projeto "Calendário dos Afetos", com a realização da 3.ª sessão de sensibilização e a disponibilização de dois *podcasts*, sobre os temas "Cansaço ou *burnout?*" e "*Stress* no trabalho". A saúde ocupacional deu especial atenção, neste período, às questões da ergonomia, para prevenção de doenças e promoção de hábitos de vida saudáveis. Para o público em geral, a Unidade Móvel de Saúde dinamizou 18 ações descentralizadas de literacia em saúde, bem como rastreios do cancro colo-retal. Neste período, concluiu-se o rastreio ao cancro da mama pela Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional Sul, com o apoio do Município, que também apoiou a Unidade Local de Saúde Arrábida no transporte de profissionais de saúde para a campanha de vacinação sazonal da gripe e COVID-19 nas ERPI e Centros de Dia. No âmbito da transferência de competências na área da saúde, registam-se múltiplas intervenções de reparação nos edifícios das unidades de saúde e avaliação da operacionalidade dos sistemas, bem como o lançamento de concurso para empreitada de beneficiação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Pinhal Novo (Zeca Afonso), incluindo intervenção na cobertura, reparações diversas e pintura – muito além dos deveres de conservação, considerando o estado de degradação do edifício.

A realização da primeira reunião de trabalho do Núcleo Local de Garantia para a Infância de Palmela, constituído por 14 entidades, permitiu dar início ao processo relativo ao Diagnóstico Local do Fenómeno da Pobreza Infantil. No mesmo período, a equipa do Radar Social avançou com a atualização do Diagnóstico Social e com o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho. A terceira distribuição anual do Cabaz Solidário Saudável chegou a 172 famílias (531 munícipes) e, no âmbito da OIL Poceirão/Marateca, foi adjudicada a requalificação do Centro Social de Lagameças. Merece destaque mais uma edição do "Outubro MAIOR", que proporcionou um mês de programação gratuita e descentralizada para a população 55+ e famílias, com forte participação das IPSS.

Relativamente à Estratégia Local de Habitação, concluíram-se as obras de reabilitação ligeira em nove fogos adquiridos e integrados no primeiro concurso por lotes, continuando a decorrer as obras afetas aos 2.º e 3.º concursos, bem como um pesado pacote de projetos de construção ou reabilitação. A 18 de outubro, foi publicada a 6.ª lista ordenada para atribuição de habitações municipais em regime de arrendamento apoiado.

A identificação predial voluntária, com vista à aplicação de incentivos em sede de IMI para a área de intervenção do Centro Histórico de Palmela, havia resultado, à data, em 647 pedidos. Foi concluída a proposta de Plano de Revitalização Económica do Centro Histórico e respetivo Plano de Ação, desenvolvida pelo Centro de Investigação em Ciências Empresariais (Escola Superior de Ciências Empresariais – Instituto Politécnico de Setúbal), e o Município elaborou o Relatório de Avaliação da Operação de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela (2018-2023).

Nos meses em apreço, os serviços implementaram o procedimento de cobrança coerciva das operações urbanísticas e deram início a uma segunda fase, com controlo de prazos de pagamento e emissão de certidões de dívida. Entretanto, concluíram-se todos os procedimentos para implementação da aplicação *Go-Contact*, a fim de uniformizar a gestão das caixas de correio dedicadas das áreas do Urbanismo e do Atendimento Municipal. O período de 45 dias úteis de Discussão Pública da proposta de Plano Diretor Municipal terminou a 6 de setembro e resultou em 267 participações. Cada uma foi alvo de análise, para resposta individual e elaboração do Relatório de Ponderação, com identificação das participações, respetiva ponderação e alterações a introduzir na proposta de plano.

Na área do saneamento, regista-se a conclusão da ampliação e remodelação das redes de águas residuais domésticas na Rua Voz do Operário e no Bairro Maria de Lurdes (Penteado) e a adjudicação da empreitada de "Sistema de Drenagem de Águas Residuais – Execução da rede de drenagem de águas residuais domésticas em várias ruas da Carregueira/Abreu Grande – Pinhal Novo". A conclusão da ligação da rede de drenagem em Vale de Touros ao coletor na Rua do Aviário, Lagoinha, veio permitir colocar em serviço as redes recentemente construídas na zona, num investimento de 1,2 ME, e ligar cerca de 200 fogos. No que respeita ao abastecimento de água, foi executado um furo de captação em Fernando Pó, para reforço do abastecimento público na zona nascente do Concelho.

Concluiu-se o projeto de pavimentação da Rua da Ponte, em Palmela, e encontravam-se a decorrer a repavimentação da Estrada dos Carvalhos (Palmela) e a pavimentação da Rua dos Alegrias e do troço nascente da Rua do Montinhoso (Pinhal Novo), de um troço da Av. Marechal Costa Gomes (Lagoinha) e da Rua da Etiópia (Poceirão).

Face ao bom acolhimento do projeto "RecolhaBio Palmela", o Município continua a alargar as áreas de recolha de biorresíduos porta-a-porta em Aires e Portal Branco (Palmela) e no Bairro Lencastre (Pinhal Novo), tendo efetuado contactos diretos junto das/os moradoras/es, com informação e entrega de contentores. No âmbito da OIL Poceirão/Marateca, foi adquirido um biotriturador para o Agrupamento de Escolas José Saramago (Poceirão) e estão a ser desenvolvidas ações de capacitação, tendo sido, igualmente, adquiridos compostores individuais para distribuir pela população das zonas rurais.

Além das esterilizações semanais nas suas instalações, o CROA – Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela realizou mais uma campanha CED, com a colaboração da Associação Corações Errantes, abrangendo 76 felídeos, que foram esterilizados, identificados eletronicamente, desparasitados e vacinados antes da sua devolução à comunidade. Em Poceirão e Marateca, foram instalados dois novos abrigos, no âmbito da OIL.

Com o início do novo ano letivo, foi retomada a circulação do comboio de bicicletas "CicloExpresso" para a EB António Matos Fortuna (Quinta do Anjo). As questões da mobilidade suave estiveram, também, em evidência no programa comemorativo da Semana Europeia da Mobilidade, que contou com um extenso programa, para diversos públicos. Sublinha-se o evento "*Kidicall Mass*", em Quinta do Anjo, que procura tornar as ruas mais amigas das crianças e criar condições para deslocações seguras, de bicicleta ou a pé.

Concluíram-se os trabalhos nos espaços exteriores da EB Aires, que envolveram a remoção de cepos e raizame de árvores, abertura de caixa e reposição de pavimento, e a requalificação de canteiros no Largo João de Deus, no Cabeço Velhinho (Palmela), e foram adjudicadas as empreitadas de recuperação do pavimento no terraço das instalações da Brigada Operacional de Palmela (Anfiteatro do Parque Venâncio Ribeiro da Costa, Palmela) e de requalificação do Largo do Poço Novo (Quinta do Anjo).

Nesta reta final do ano, as comemorações do 50.º aniversário da Revolução de Abril, sob o lema "Abril para Já!", continuaram a marcar a vida cultural do Concelho, salientando-se a realização da Conferência "Portas que Abril Abriu", momento alto de reflexão e debate, com vários painéis de convidadas/os, de renome nacional, ao longo de dois dias. O historiador Diogo Ferreira esteve em Palmela para apresentar a sua investigação sobre "A prisão política de um funcionário da Câmara Municipal de Palmela. A história de Arnaldo Kruger Pinto de Carvalho (1934-1935)" e a escritora Patrícia Reis participou em mais uma sessão "365 Dias de Romance" para apresentar "A Desobediente", biografia de Maria Teresa Horta. Merecem referência, também, as exposições "Livros de Abril: fruto e fermento da Revolução" e "Mulheres do meu País" e a inauguração do Fundo Documental 25 A, na sala de leitura de adultas/os da Biblioteca Municipal. No que a espetáculos se refere, a Companhia de Dança Contemporânea de Évora visitou-nos com "As palavras não ditas", o projeto "Dançar Abril", da Passos e Compassos, dinamizou encontros e uma oficina de dança contemporânea, e a música de intervenção teve especial expressão com os espetáculos "Canto Livre" e "Anónimos de Abril" e com o Café Concerto com Mário Mata.

Mostra España voltou a passar por Palmela, numa iniciativa conjunta da Autarquia com o *Ministério de Cultura de España*, e proporcionou o colóquio histórico-literário "Viajantes daqui e de lá", com escritores portugueses e espanhóis, e o concerto "Poesia e Liberdade". Para assinalar o Dia Nacional dos Castelos, o Município realizou mais um curso sobre o tema, desta feita, "Fortalezas calcolíticas da Estremadura", e a Feira Medieval foi pretexto para mais uma conferência formativa sobre a vida em Palmela na Idade Média. No que ao edificado do Castelo diz respeito, iniciou-se a recuperação da Sala 6 (piso e parede interior). O Museu – A Estação continua a ser espaço privilegiado de reflexão e promoção da inclusão e da acessibilidade, cruzando estes temas com a divulgação das raízes ferroviárias de Pinhal Novo, num programa intenso de atividades para públicos diversos. Entretanto, decorreram obras de beneficiação da sala multiusos da Biblioteca Municipal de Pinhal Novo.

Este período foi fértil, igualmente, em projetos comunitários e iniciativas do movimento associativo, sublinhando-se, entre muitas outras, mais uma edição das "Noites na Fonte", em Águas de Moura, e da "*Queimada Mystica",* em Pinhal Novo, as comemorações dos 50 anos do Teatro O Bando, o Encontro Concelhio de Folclore, a Festa de Todos os Santos, em Quinta do Anjo, e a Festa das Vindimas, momento alto de afirmação da identidade cultural local e da ligação ao mundo vitivinícola.

Concluíram-se reparações em EJR da urbanização Sobreiro Grande (Águas de Moura), do loteamento da Graúda (Pinhal Novo) e do Jardim de Aires, bem como o projeto de execução de uma zona desportiva multiusos no Centro de Recursos para a Juventude, em Quinta do Anjo. A decorrer, os projetos do EJR para a Praceta Antero de Quental (Quinta do Anjo) e de reabilitação do edifício da antiga sede do Clube Desportivo Pinhalnovense.

Com o objetivo de implementar Comunidades de Energia Renovável nos edifícios municipais, encontrava-se em curso a análise técnica e financeira do novo estudo, retificativo dos estudos anteriores.

Na área do Turismo, a 9.ª Feira Medieval de Palmela recebeu cerca de 30 mil visitantes e agregou 110 agentes económicos, relevando-se, como fator de sucesso, o enorme empenho das equipas municipais e o envolvimento da comunidade – voluntárias/os, comércio local e serviços, que participaram nos concursos, formações e atividades. O programa, consolidado, apresentou novidades, como o "Bosque dos Enganos", o "Torneio dos Petizes" ou a exposição de instrumentos de tortura da Inquisição. O Fórum Turismo, sob o tema "Turismo e Paz", reuniu uma centena de participantes e colocou em evidência a importância desta indústria para a interculturalidade e a Paz entre os povos. O Município participou, uma vez mais, nos festivais *Finisterra Brasil* e *Finisterra Arrábida*, que distinguem produções audiovisuais sobre turismo e territórios de todo o mundo. Uma comitiva de realizadoras/es e produtoras/es internacionais de cinema foi recebida na aldeia vinhateira de Fernando Pó e o Cine-Teatro S. João acolheu uma sessão com os filmes premiados. Ressalva-se, ainda, a assinatura de um protocolo de cooperação com os municípios de Sesimbra e Setúbal e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, relativo à conservação e valorização da natureza no Parque Natural da Arrábida e, em concreto, à promoção e dinamização da rede de percursos pedestres. De igual modo, a nova *App Biotrails*, em parceria com a empresa de animação turística *Biotrails*, disponibiliza quatro percursos pedestres no nosso Concelho, com áudio-guias em português e inglês. Na Escola Básica e Secundária José Saramago (Poceirão) foi dinamizada uma ação de capacitação para a empregabilidade, dedicada a jovens a partir dos 16 anos, à procura do primeiro emprego.

A terminar, realça-se a aprovação da candidatura "Pinhal Novo Acessibilidades 360º" ao PRR. O projeto, com o valor global de 1,28 ME e taxa de comparticipação de cerca de 77%, incide no Bairro José Maria dos Santos (zona comercial norte de Pinhal Novo) e aposta na renovação das infraestruturas e melhoria das condições de acessibilidade e usufruto do espaço público, priorizando as pessoas."

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fechamos este ponto da ordem de trabalhos e entramos no segundo ponto da ordem de trabalhos: Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029, sabendo eu que é o último orçamento que o Sr. Presidente apresenta enquanto tal, pelo menos neste tempo, e apelo, de qualquer forma, à sua capacidade de síntese.

Muito obrigada.

PONTO 2 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029

Proposta:

A presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano foi elaborada de acordo com as regras do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), incluindo, em termos de estrutura e conteúdos, as inovações introduzidas por este novo referencial contabilístico, que revogou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Do ponto de vista programático, o Orçamento para o ano económico de 2025 dá sequência e procura encerrar o ciclo autárquico correspondente ao quadriénio 2021-2025, pelo que as Grandes Opções do Plano incluem a maioria dos compromissos constantes do Plano de Trabalho, sancionado nas eleições de setembro de 2021, que ainda falta executar, e de outros entretanto incorporados, em particular, os decorrentes das escolhas dos munícipes expressas no âmbito do processo «Eu Participo!».

Ainda no plano programático, o ano de 2025 dá sequência, com expressão financeira muito substantiva, à implementação da Estratégia Local de Habitação e de outros projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, espera-se, deverá dar início, em termos de execução, ao novo quadro comunitário de apoio PT 2030.

Em termos financeiros, o enquadramento macroeconómico do orçamento municipal 2025-29 é semelhante ao do ano anterior, embora mais otimista, em resultado da redução da inflação e da consequente diminuição, ainda tímida, das taxas de juro de referência. Mantêm-se, contudo, os riscos decorrentes dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, ambos com forte potencial para afetar a economia mundial. Assim, segundo as últimas estimativas de diversos organismos, o crescimento do PIB em 2024 será de 1,8% – longe dos 6,7% verificados em 2022 – prevendo-se para os anos subsequentes valores semelhantes. O nível de incerteza continua, portanto, elevado, fazendo variar as expetativas do crescimento do PIB para 2025 entre 1,9% e os 2,4%, não se excluindo a possibilidade de a economia de alguns países entrar em recessão (como já ocorre na Alemanha), o que terá impactos na economia nacional.

Apesar deste cenário macroeconómico, onde se destaca o crescimento moderado do PIB, uma possível recessão em países relevantes para a economia europeia e o clima de incerteza gerado pelo contexto de guerra na europa e no médio oriente, e apesar de ser, igualmente, notório um abrandamento do crescimento das receitas próprias, as condições de partida do exercício de 2025 são moderadamente otimistas, com disponibilidades financeiras suficientes para suportar o investimento já contratado, uma razoável «carteira» de candidaturas e/ou projetos cofinanciados aprovados (em particular do PRR), e uma confortável capacidade de endividamento, possibilitando o recurso ao crédito para financiar novos investimentos.

As preocupações mais relevantes para o próximo exercício orçamental, merecendo por isso serem destacadas, resultam de três fatores:

- O abrandamento do crescimento da receita própria: era um fenómeno expectável, tendo em consideração a conclusão do processo de transferência de competências em 2024 e o fim do empolamento das médias dos 24 meses em resultado de receitas extraordinárias ocorridas em 2023 (conforme se descreve detalhadamente no Relatório de enquadramento orçamental). Apesar de esperado, este abrandamento não foi acompanhado de movimento idêntico do lado da despesa (que cresce a ritmo superior em resultado de vários fatores, de que se destaca o défice entre transferências do orçamento de estado e os encargos do exercício de novas competências, e a forte inflação ocorrida nos dois últimos anos), pelo que será necessário, nos próximos anos efetuar ajustamentos nas duas componentes do orçamento – receita e despesa – de modo a preservar o equilíbrio das contas de que o município atualmente usufrui, fruto de uma gestão criteriosa e prudente;
- O crescimento dos preços verificado nos últimos anos, em particular o seu impacto no preço base das empreitadas, por obrigar a um maior esforço de autofinanciamento (absorvendo recursos destinados a outos fins) e ter uma repercussão em exercícios futuros, por força da aplicação, nos termos da lei, da revisão de preços;
- A diminuição significativa do saldo de gerência (que em 2023 foi cerca de 11 milhões de euros, e deverá reduzir-se para cerca de 6 milhões em 2024). Tal redução resulta da conjugação de dois fatores: utilização, em 2024, dessa disponibilidade financeira na execução de investimentos contratados e os atrasos na transferência, por parte da administração central, de comparticipações devidas ao município por execução de projetos e ações candidatadas a fundos comunitários e/ou objeto de contratos programa para a execução de obras da responsabilidade da administração central. Para se ter uma ideia do impacto desses atrasos (alguns, de quase um ano), no início de novembro, eram devidos ao município reembolsos no valor de 4,7 milhões de euros.

  Estes atrasos nos reembolsos geram desequilíbrios de tesouraria que importa acautelar no próximo exercício orçamental, em particular nos primeiros meses do ano, razão pela qual se perspetiva a contratação de um empréstimo de curto prazo de apoio à tesouraria, até ao valor máximo de 3 milhões de euros.

Neste contexto, o orçamento inicial de 2025 tem um crescimento face ao de 2024, na ordem dos 7%,

- 65,2 milhões correspondem à receita própria do município, que tem um crescimento pouco significativo (na ordem dos 0,3%; +200 mil euros);
- 7,3 milhões correspondem a comparticipações dos fundos comunitários de candidaturas aprovadas, afetos à Estratégia Local de Habitação a financiar pelo Plano de Recuperação e Resiliência - PRR e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana-IHRU e à construção da Unidade de Saúde de Quinta do Anjo;

- 2,3 milhões correspondem a transferências do orçamento de estado para financiar investimentos da responsabilidade da administração central (Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Secundária de Palmela, Regularização da Ribeira da Salgueirinha (2ª fase) e Posto da GNR de Poceirão.

Em virtude de o crescimento da receita ser pouco expressivo e não resultar, em 2025 e anos seguintes, num aumento da capacidade de autofinanciamento, será necessário contratar um novo empréstimo bancário de médio e longo prazo, no valor de 2,6 milhões de euros, para financiar investimentos constantes do plano de trabalho para o mandato, inscritos ou a inscrever no Plano Plurianual de Investimentos, em aprovação pelos órgãos municipais.

Em suma, com a informação de que dispomos, podemos concluir:

1. que 2025 será um ano muito exigente em termos de gestão financeira e orçamental, devido aos constrangimentos próprios e às incertezas macroeconómicas, anteriormente descritas;
2. que, fruto das opções de gestão tomadas nos últimos anos (de agir com prudência, contendo a despesa, em particular a de natureza mais rígida e evitando cortes bruscos na estrutura da receita; de buscar permanentemente ganhos de eficiência nas despesas de funcionamento, de modo a permitir continuar a libertar recursos para o investimento e para a atividade; de implementação de uma política agressiva de obtenção de apoios e financiamentos externos; de gerir os saldos de gerência com parcimónia e numa perspetiva plurianual, entre outras), o município dispõe de meios para financiar o investimento contratado e a atividade programada para 2025, e ainda, de uma capacidade de endividamento que lhe possibilita incluir novos investimentos no PPI.

Financeiramente, a proposta carateriza-se por:

1. Orçamento

O Orçamento apresenta um valor global de 83 milhões de euros, o que representa um aumento de 7% relativamente ao orçamento inicial de 2024 e menos 0,5% face ao orçamento em vigor (o qual incorpora o saldo de gerência de 2023).

O conjunto dos Impostos Diretos totaliza 30,4 milhões de euros, registando uma diminuição de 2,8%, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita (36,6%). O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, calculado com base na média dos últimos 24 meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação Variável no IRS, Transferências de Competências no âmbito da Educação, Saúde e Ação Social e a Participação do IVA) totalizam 19,5 milhões de euros e representam 23,5% do total das receitas orçamentadas.

O capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de 2,6 milhões de euros, representa 3,2% do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de 12,5 milhões de euros, representa 15,1% do total das receitas, registando um decréscimo de 0,8% relativamente a 2024.

Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferências do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem nos 65,2 milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de 83 milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao PRR, no âmbito da Habitação, transferências de competências no âmbito da educação, ação social e saúde, bem como de verbas provenientes de investimentos financiados pelo Estado e de financiamento de empréstimos de médio e longo prazo. As despesas com investimento situam-se nos 20,9 milhões de euros no orçamento inicial.

Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

- Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 50,7 milhões de euros (61,1%), dos quais 20,9 milhões correspondem a investimento (41,2%);
- Pessoal: 29,8 milhões euros (35,9%);

- Despesas não imputadas às GOP: 2,5 milhões euros (3%).

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da Receita e Despesa para o ano 2025.

unidade: euro

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Diretos	30 381 492,00	36,6%	Pessoal	29 789 718,00	35,9%
Impostos Indiretos	1,00	0,0%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	20 312 370,00	24,5%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	2 633 541,00	3,2%	Encargos Correntes da Divida	528 153,00	0,6%
Rendimentos de Propriedade	15 003,00	0,0%	Transferências Correntes	7 830 615,00	9,4%
Transferências Correntes	20 389 029,00	24,6%	Subsidios	750 000,00	0,9%
Venda de Bens e Serviços Correntes	12 516 885,00	15,1%	Outras Despesas Correntes	463 950,00	0,6%
Outras Receitas Correntes	30 000,00	0,0%			
Total Receitas Correntes	**65 965 951,00**	**79,5%**	**Total Despesas Correntes**	**59 674 806,00**	**71,9%**
Venda Bens de Investimento	10 675,00	0,0%	Aquisição de Bens de Capital	21 141 199,00	25,5%
Transferências de Capital	10 310 084,00	12,4%	Transferências de Capital	1 015 358,00	1,2%
Passivos Financeiros	6 691 112,00	8,1%	Ativos Financeiros	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,0%	Passivos Financeiros	1 152 011,00	1,4%
Total Receitas de Capital	**17 011 873,00**	**20,5%**	Outras Despesas de Capital	100,00	0,0%
Outras Receitas	**5 650,00**	**0,0%**	**Total Despesas de Capital**	**23 308 668,00**	**28,1%**
Total Receita	**82 983 474,00**	**100,0%**	**Total Despesa**	**82 983 474,00**	**100,0%**

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 6,3 milhões de euros, que financia despesas de capital. Nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é cumprida, existindo um diferencial positivo de 5,1 milhões de euros.

2. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 60,1 milhões de euros, dos quais 50,7 milhões com financiamento assegurado, aumentando 10,7% quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2024, e apresenta a seguinte estrutura:

OBJETIVO	Total		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
Funções Gerais	**7 348 927**	**6 402 012**	**946 915**
Serviços Gerais da Administração Pública	5 261 656	4 764 741	496 915
Segurança e Ordem Públicas	2 087 271	1 637 271	450 000
Funções Sociais	**39 358 933**	**34 107 785**	**5 251 148**
Educação	8 136 636	7 452 367	684 269
Saúde	2 233 528	2 153 528	80 000
Segurança e Ação Social	1 216 643	1 206 643	10 000
Habitação e Urbanismo	4 781 528	3 733 540	1 047 988
Ordenamento do Território	28 580	23 580	5 000
Saneamento	6 212 040	5 578 040	634 000
Abastecimento de Água	2 240 055	1 835 055	405 000
Resíduos Sólidos	7 280 246	6 612 746	667 500
Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	1 423 298	1 128 298	295 000
Cultura	3 470 302	2 722 411	747 891
Desporto, Recreio e Lazer	2 336 077	1 661 577	674 500
Funções Económicas	**11 774 298**	**8 525 685**	**3 248 613**
Indústria e Energia	1 945 676	1 720 676	225 000
Transportes e Comunicações	8 690 120	5 802 807	2 887 313
Comércio e Turismo	447 570	311 270	136 300
Outras Funções Económicas	690 932	690 932	0
Outras Funções	**1 649 326**	**1 649 326**	**0**
Total	**60 131 484**	**50 684 808**	**9 446 676**

3. Atualização da Tabela de Taxas

A Lei 53-E/2006, no seu n.º 1 do Artigo 9.º, refere que os orçamentos anuais das autarquias podem atualizar os valores das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação, princípio transposto para o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Palmela (cf. Artigo 5.º do RTTM). Nesse sentido e face ao crescimento de preços verificado e seu impacto na estrutura de custos do município, considera-se imprescindível atualizar as taxas municipais, de acordo com a variação do índice preços no consumidor (IPC) dos últimos 12 meses em outubro, fixado pelo INE, em 2,2 %. Deverão ser excecionadas desta atualização as taxas fixadas por disposição legal específica e ainda a Taxa de Ocupação do Subsolo, prevista no n.º 5.1 do Capítulo VII do RTTM, visando-se, nesta opção municipal, contribuir para a atenuação do impacto do aumento do gás nos consumidores finais.

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025-2029, bem como a atualização dos valores da Tabela de Taxas em 2,2%, ao abrigo do n.º1 do artigo 9.º da Lei 53-E/2006, na sua atual redação, com exceção dos valores que nela constem que sejam fixados por disposição legal específica e da taxa prevista no n.º 5 do Capítulo VII do RTTM.

O **Sr. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:**

Muito obrigado.

Eu solicito aos nossos serviços que a documentação da proposta — ou melhor, que a proposta e a introdução sejam transcritas na íntegra para a ata. Vou, naturalmente, procurar abreviar no corpo da proposta. Não falarei das normas técnicas de elaboração do orçamento; falo apenas dos considerandos que têm a ver com opções programáticas.

Este é um orçamento que dá sequência e procura encerrar, em termos de compromissos, o ciclo autárquico de 2021-2025. Por isso, as grandes opções do plano incluem a maioria dos compromissos constantes no plano de trabalho, que ainda estão em execução ou que faltam executar. Mas também muitos outros, incorporados e decorrentes das escolhas dos munícipes no processo "Eu! Participo" e de outras necessidades que surgem no dia a dia e que não foram previstas há quatro anos e por outro lado, além de concretizar o plano programático e dar expressão financeira muito substantiva a novos projetos, também que entraram neste mandato a Estratégia Local de Habitação, da OIL para as freguesias de Poceirão/Marateca. Também relançamos, já com alguma visão estratégica, opções na área da requalificação do ambiente, da sustentabilidade, da infraestruturação consentida do território para os próximos anos e isto não é para condicionar quem venha a seguir, porque é uma necessidade do território e estamos a fazer, ainda até o final deste ano e no início do próximo, um conjunto de candidaturas à ITI- Investimento Territorial Integrado da AML - Área Metropolitana de Lisboa, que também só começou com candidaturas agora, portanto, se tivessem começado mais cedo, ainda poderíamos executar alguma coisa neste mandato, mas são obras que vão decorrer até 2027 e algumas, como é o caso da Ribeira da Salgueirinha, 2ª fase, não estará concluída se calhar antes do final de 2027 e chegar mesmo até 2028. Portanto, são candidaturas, são instrumentos, são projetos, planos já financiados que vão também ficar para os anos seguintes, porque estamos a falar de orçamento de 2025, mas também de opções do plano para outros anos.

Em termos do enquadramento financeiro e macroeconômico, não há grandes diferenças relativamente ao ano anterior é aqui, é feita a caracterização económica e orçamental de acordo com os dados os valores do PIP estimados pelas organizações nacionais e internacionais, os cenários macroeconômicos, vamos saltar isto, mas, de facto, há um abrandamento do crescimento das receitas próprias. A estimativa das receitas não está se concretizando como em anos anteriores, vai ficar abaixo do estimado. Portanto, já temos um orçamento que, em termos orçamentais, já é um pouco virtual, na medida em que temos dados que nos permitem dizer que vamos ficar abaixo de quase três milhões de euros. Não podemos executar esses três milhões porque a receita não entrou. Há, de facto, desvios nos impostos, as médias têm que ser feitas. O IMT, nos últimos anos, teve um comportamento extraordinário e, como a média é muito elevada, sabíamos que não íamos receber esses valores e esta média de IMT em 2024. Mas fomos obrigados, tecnicamente, a colocar essa média no orçamento de 2023 para 2024.

As preocupações mais relevantes é o abrandamento do crescimento da receita própria e também alguns atrasos nas transferências financeiras, porque penso que são 4,7 milhões que temos para receber de transferências da Administração Central, sejam da habitação, do Centro de Saúde de Pinhal Novo, ou do Pavilhão da Secundária, são 4,7 milhões que, não entrando, estão a prejudicar a tesouraria do município e correspondem a despesa já feita e é por isso que prejudica a tesouraria, porque nós já gastamos esse dinheiro. Portanto, a projeção da receita também é aquela que tecnicamente tem que ser feita. Mas vamos precisar, se calhar, de um empréstimo à tesouraria e, ali, se calhar, vamos precisar, temos quase a certeza. E por isso trazemos também a esta reunião essa proposta, que falaremos mais adiante.

Temos, então, comparativamente ao orçamento inicial de 2024 (porque este é o orçamento inicial), um crescimento, com o saldo e com a atualização das transferências do Orçamento de Estado e no início do próximo ano. Há um decréscimo. Perdão: o orçamento inicial de 2025 tem um crescimento em relação ao de 2024 de 7%, temos 65,2 milhões correspondentes à receita própria; 7,3 milhões correspondem a comparticipações de fundos PPR, Estratégia Local de Habitação, Reabilitação Urbana, unidades de saúde da Quinta do Anjo, etc.; e 2,3 milhões correspondem a transferências do Orçamento do Estado para financiar investimentos que são da sua responsabilidade. Quando falamos do Orçamento do Estado, vem através de vários fundos, como o Fundo Ambiental para a Ribeira da Salgueirinha e o Pavilhão para a zona da Secundária de Palmela. Também é um financiamento que é da responsabilidade do ministério. Enfim, isto tudo, se juntarmos depois aqui o novo empréstimo bancário no valor de 2,6 milhões, como vos dizia, isto vai aumentar no próximo ano, quando incorporarmos estas verbas.

Estimamos que 2025 será um ano muito exigente em termos de gestão financeira e orçamental, se vier a confirmar-se esta tendência de descida das receitas. Ora, se nós pomos os impostos no mínimo, fazemos um conjunto de reduções, se não aumentamos como devíamos aumentar (se fosse nesta lógica de cobertura de custos total à água, saneamento e os resíduos), não vamos ter também aí da venda desses serviços crescimento significativo que permita cobrir a despesa e portanto, vai ser um ano muito exigente e há algumas incertezas,

mesmo ao nível macroeconômico, não é, a gente às vezes ouve falar nos excedentes orçamentais, não sabemos se eles são efetivos ou onde é que vão ser aplicados. E, portanto, por isso, temos aqui um orçamento muito rigoroso, muito realista, mas não deixa de ser um orçamento e um plano ambicioso quanto ao nível de concretização, porque são muitas empreitadas, muitas obras e muitas ações. E é tão ambicioso quanto concretização, mas também é responsável para não estarmos a meter mais ações que sabemos que é impossível fazê-las em 2025. Não vamos estar a encher o orçamento de 2025 com essas ações, enquanto os financiamentos não estiverem definidos, os projetos não estiverem feitos. Podemos lá ter a rubrica aberta, mas não sabemos quanto é que vai custar a obra ainda e qual é a parte que é cofinanciada e a parte que vai ter que ser com receitas próprias do município ou com o empréstimo ao Banco Europeu de Investimentos, se for para obras no âmbito da ITI.

Do ponto de vista orçamental, depois tem a descrição do peso dos impostos diretos, das transferências ao abrigo da Lei das Finanças Locais, que continuam a não cumprir a lei, o que é interessante. As taxas, multas e outras penalidades, e a venda de bens e serviços correntes. Taxas, multas e outras penalidades são as taxas urbanísticas e outros tipos de taxações, a venda de bens e serviços correntes, para que melhor se compreenda, tem a ver precisamente com a venda de serviços de água, saneamento e resíduos.

Apesar das receitas se situarem nos 65,2 milhões de euros, o orçamento tem o valor de 83 milhões, e isto resulta da inclusão na receita das tais comparticipações e financiamentos do PRR na habitação, a transferência de competências no domínio da educação, ação social escolar e saúde, que, sublinho, não cobrem a despesa que somos obrigados a fazer e dou-vos o exemplo do pessoal, onde há um desvio daquilo que recebemos para o pessoal das escolas. Já temos um desvio superior a 1 milhão de euros. E na alimentação escolar, basta fazer as contas: o Estado Central paga 2,75€ e nós, na generalidade dos municípios, ninguém conseguiu adjudicar refeições a menos de 3,10€ mais IVA. Portanto, estão a ver, isso dá também mais um milhão e qualquer coisa. Portanto, começamos no primeiro ano com um milhão de défice e estamos a tentar procurar esclarecer com o ministério como é que isto se resolve, não é só connosco, mas com outros municípios também e, mas este último ano, já vai em 2 milhões de desvio e isto vai ter que ter, enfim, uma forma de ressarcimento, porque é insustentável.

As despesas com investimento situam-se nos 20,9 milhões e o pessoal continua a ter um peso considerável, com 29,8 milhões, passamos a ter o pessoal todo também que vem do ministério, algum da saúde, etc. portanto, é normal que assim seja, e precisamos de mais.

Despesas não imputadas às GOP, como vos disse, 20,9 milhões, ou melhor, 50,7 milhões, mas 20,9 para investimento correspondem a 41,2%. Tem os quadros com os números, mas o que é que eu sublinharia para não estar a sobrecarregar-vos com a leitura. As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, há uma poupança de 6,3 milhões de euros, que é redirecionada para onde? Para o investimento, para as despesas de Capital. A regra do equilíbrio orçamental na proposta do orçamento é cumprida, ainda com um diferencial positivo de 5,1 milhões.

Outras notas de natureza orçamental: endividamento, mantemos uma boa margem de endividamento, obviamente, que reduziu, porque nós temos contraído empréstimos para investimento e, portanto, não podíamos ter sempre os 10, 11 milhões. Estamos, neste momento, nos 8,7 milhões. Peço a vossa atenção também para a consulta da página 31, para que se perceba as fontes de financiamento e que, se perceba com essas dificuldades todas, o município ainda consegue fazer obra e atividade com 42% de autofinanciamento. Não é… talvez seja por isso que estamos em 17º no anuário financeiro, dizendo que parece que somos ricos, não, não somos ricos, mas somos lá vistos como um dos municípios de média dimensão com maior independência financeira. O que isso significa é que temos alguma capacidade de fazer obras com autofinanciamento, mas não temos muito dinheiro.

Despesas de Capital: a despesa de capital tem a ver com investimento, com obra, e tem a ver também com o pagamento dos empréstimos, mas cresce sobretudo por causa da obra, são mais de 3 milhões em relação ao ano passado, com um crescimento de 14,8%. Depois tendes as grandes opções do plano, repartidas pelas funções gerais, sociais, econômicas e outras funções, com as diversas áreas. As funções sociais, que integram educação, saúde, segurança, ação social, habitação, urbanismo, ordenamento do território, saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente, conservação da natureza, cultura, desporto, recreio e lazer, voltam a atingir uma percentagem significativa. As funções sociais representam 67,3%

do orçamento, têm já 34 milhões de euros definidos, e ainda 5 milhões de euros a definir, que terão que ser financiados ou por empréstimo ou com o saldo de gerência deste ano.

Obviamente, temos na proposta também a questão da atualização da tabela de taxas, que, como quase toda a gente faz, fazemos também relativamente ao ano passado, fazemos sempre uma atualização de acordo com os valores e o índice de preços fixado pelo INE, na ordem dos 2,2%.

Quanto ao programa político de ação, somos um município que continua a crescer e tem grandes desafios. Já somos mais de 73 mil habitantes, mesmo entre 2021 data dos censos, e estes últimos três anos têm sido de crescimento avassalador. Sentimos isso todos os dias nas estradas, nas escolas, e tudo está a crescer, e já estamos no limite. Portanto, temos que continuar a investir nas funções sociais, para acolher mais gente e para servir mais pessoas em termos de equipamentos coletivos, mas também em termos de infraestruturação, de melhoria das acessibilidades, e em termos de respostas para a comunidade.

Temos feito isto com visão e com planeamento, mas há de facto um conjunto de instrumentos de planeamento que já precisavam de revisão, e temos estado a fazê-lo, vamos concluir a Carta Educativa, foi apresentado o Plano de Revitalização Económica do Histórico. O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo estará concluído também em 2025, e o Plano de Desenvolvimento Social foi aprovado há duas semanas e o próprio Plano Diretor Municipal também está em andamento. Portanto, ficamos aqui com vários documentos estratégicos que vão marcar os próximos anos. Como deveis calcular, muitas das ações estratégicas desses planos são as tais obras, projetos, e ações que já temos nas Grandes Opções do Plano até 2028-2029, porque isso decorre do diagnóstico e das necessidades aqui identificadas.

Já vos tinha falado sobre o Investimento Territorial Integrado da AML, as candidaturas abriram só nestes últimos meses, vão promover obras e ações para os próximos anos, muitas delas têm que ter arranque em 2025 e algumas já estão preparadas para arrancar em 2025. Também é um fim de mandato marcado pela conclusão da OIL em Poceirão-Marateca, que tem muitas obras na área das IPSS, já concluímos uma, outra está a decorrer no Centro Social das Lagameças. Vêm mais três obras em IPSS, em coletividades, em serviços de apoio à comunidade e em formação. Foi agora o laboratório ambiental e o Maker Space no Poceirão, também está em andamento a questão da compostagem e do triturador, além dos serviços em saúde, de atendimento social e de teleassistência, na lógica de proximidade da população idosa e não só e de facto, isto está a ser uma revolução e uma revelação positiva. Até o envolvimento de pessoas que, antes, não participavam em ações de recreio, cultura e sociabilização, estão hoje em torno de projetos comunitários, como nunca estiveram antes nessas freguesias.

Depois, estamos a intervir também por via de recursos que a Administração Central sempre teve neste território, naquilo que competia à Administração Central fazer, mas que arregaçamos as mangas e começamos a fazer, estamos a terminar o Pavilhão Desportivo da Secundária de Palmela, com a previsão de inauguração para o dia 11 de janeiro. Lançamos já a empreitada da nova Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo, aguardamos a autorização do Ministério da Administração Interna para a consignação da obra do posto da GNR. Tivemos esta semana uma boa notícia: foi publicada a portaria de extensão de encargo, já com o valor da empreitada, portanto, já não será um problema de dinheiro, mas falta-nos o documento para fazermos a consignação, pois gostaríamos de lançar a primeira pedra o quanto antes.

A segunda fase de regularização da Ribeira da Salgueirinha, em sete quilómetros, desde o Vale do Alecrim até à Quinta do Anjo, está em andamento. Depois, continuamos a trabalhar na questão das variantes. Tinha uma reunião marcada para terça-feira com o Senhor Secretário de Estado, mas soube há pouco que foi desmarcada para o dia 9 de janeiro.

As questões da saúde e os problemas da capacidade de resposta do Centro Hospitalar, dos médicos e enfermeiros no nosso concelho, também são uma preocupação. Eles diziam-nos que estamos a comprar e a fazer muito mais consultas é um facto que duplicaram o número de consultas, mas duplicaram o número de consultas avulsas, sem planeamento, além disso, reduziram a oferta porque saíram médicos, e estão a tentar colmatar essa lacuna com consultas a prestadores de serviços de uma empresa privada, que coloca médicos nos centros de saúde algumas horas por dia, isto fez com que passássemos de 28% no concelho de utentes sem médico para 40% no início de novembro. E isto é um mau sinal, pois significa que não é com essas consultas avulsas que se melhora a resposta. Portanto, andamos, neste plano, também a procurar não é só representar o concelho e reivindicar, mas também propor soluções e temos sido parceiros em muitas coisas.

No próximo ano, também na área da Proteção Civil, temos este Plano Municipal, que foi o primeiro a ser aprovado, que vai precisar de ir buscar financiamento. Só com a aprovação é que poderá ir buscar o financiamento, mas continuamos a ter um investimento muito grande nesta área e no próximo ano, teremos também de encontrar mais de trezentos mil euros, porque chega a viatura de Pinhal Novo, a de Águas de Moura, fizemos agora já uma transferência final de cento e oitenta mil euros, para que recebam a viatura antes do Natal. Portanto, estamos a cumprir este ciclo de trezentos mil euros, para uma viatura para cada associação, são novecentos mil euros, além do apoio todo que damos aos GBPs e às equipas de intervenção permanente, entre outros.

Depois, quero aqui relevar que há hoje um conjunto de ações que, dantes, eram competências exclusivamente municipais: gestão, manutenção de espaços verdes, limpeza de vias, espaços públicos, sarjetas, sumidouros, limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos, de jogo e recreio municipais, reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo, manutenção envolvente de conservação de caminhos, arruamentos, asfaltado, reposição de pavimentos em calçada, entre outros, que exigem uma resposta rápida e de grande proximidade e que dada a relação e a experiência que fomos construindo ao longo de muitos anos com as juntas de freguesia, apesar de não ser a lei de transferência que defendíamos, estamos a aplicá-la. Mas, para terem uma ideia, como o dinheiro não sai do Orçamento de Estado, ele sai do Orçamento Municipal, é bom relembrarmos que entregamos, porque é delas por direito, o trabalho que fazem com este dinheiro todo e com mais algum, não chega a 3 milhões de euros por ano, para que as juntas de freguesia possam responder a estas novas competências que passaram a ser próprias.

Depois, temos aqui um conjunto de obras que já vos falei, a última fase dos Passos do Concelho, o edifício da Administração Urbanística no Edifício Coopinhal, que vai chamar-se Edifício Coopinhal - Município de Palmela, por uma questão de memória. Vamos lançar uma nova loja móvel do cidadão no início do ano. Não é só uma viatura com melhores condições de trabalho; é uma viatura que vai disponibilizar mais serviços, e um número recorde de serviços. Até o cartão de cidadão já pode lá ser feito. Se já fomos pioneiros há uns anos, continuamos a estar na primeira linha desta inovação, levando a Agência de Administração Administrativa a ir atrás dessa nossa dinâmica.

Depois, em matéria de impostos, os apoios, a redução de impostos, o IMI familiar, a isenção de derrama para as micro e pequenas empresas, o conjunto de incentivos, reduções de taxas, tarifas sociais e serviços de proximidade, além dos apoios socioeducativos, estão acima da média. Há um conjunto de medidas que estão a ser mensuradas e mensuráveis por organismos externos, que têm confirmado Palmela, pelo oitavo ano consecutivo, como município familiarmente responsável.

Vou aqui saltar aqui outros números, na área do Parque Escolar há um conjunto de obras umas que já vos falei dos projetos e que não vou aqui repetir porque elas vão ter que acontecer a partir do próximo ano mas estão a iniciar o logradouro da escola da Lagoa da Palha, já vos falei da Salgueiro Maia, espaços exteriores da José Saramago do Poceirão, ainda tem mais uma grande empreita de beneficiação de cobertura, digamos fechar uma zona de pavilhão para atividades e físicas motoras e lúdicas, enfim, depois os grandes projetos são naturalmente a futura escola de cabanas que estamos prestes a conseguir concluir a negociação do terreno, a modernização da Hermenegildo Capelo, mas vamos ainda intervir na João Eduardo Xavier, Alberto Valente, na de Cajados umas com obras em 25, outras com obras em anos seguintes porque isto não se consegue fazer tudo no mesmo ano, mas os projetos é que já estão a ser feitos entre outras.

A certa altura vão ouvir falar também do Novo Centro Escolar Nascente de Pinhal Novo mas isso é mesmo para os anos seguintes a carta educativa já apontava para ali e vai confirmar a necessidade de uma escola dessa natureza, o que é que nós fizemos entretanto e porque é que andamos com isto em plano já há dois anos é porque tivemos que comprar o terreno e já compramos que são mais cerca de 9.000 metros em torno da atual escola da Palhota e é aquela centralidade que vai crescer ali com um equipamento de qualidade para toda a zona rural Nascente.

Nos apoios socioeducativos destacamos o aumento das bolsas de estudo mas destacamos também o conjunto de projetos a custo zero, para os pais para as famílias para as crianças na área cultural, na área do desporto, na área do aprender a nadar, e quero aqui sublinhar a importância e o crescimento do Programa Municipal de Desporto Adaptado que acabamos de ter Congresso em Palmela, uma parceria com a nossa Empresa Municipal,

e que obviamente já atrai públicos, e utilizadores, e munícipes, também de outros concelhos que vem aqui uma oferta estruturada seja nas nossas escolas, seja abertos ao público em geral.

Mobilidade, passo navegante o que é que isto tem de ver também com escolas e apoios pronto é que os transportes escolares hoje não estão todos incorporados no passe navegante que passou a ser gratuito até aos 23 anos, ele é gratuito, mas alguém tem de pagá-lo, não é, nós pagávamos 1. 280.000 € para o sistema nos últimos anos passamos a pagar agora 1.680 €mas para além disto ainda gastamos mais cerca de 600.000 € em circuitos de transportes que não são respondidos com a Carris Metropolitana até com os circuitos para especiais para e crianças com necessidades educativas especiais, as que descentralizamos nas escolas e que a verba vai para lá.

Área da Saúde, também já vos falei das grandes obras e da e das ações não vou repetir porque falei na ainda há pouco na Atividade Municipal a novidade é que vai começar a funcionar o Conselho Municipal de Saúde como órgão de discussão, planeamento, e acompanhamento, que queremos que os cidadãos acompanhem o processo de transferência de competências para perceberem a complexidade destas coisas e como a ideia sendo tão generosa cria problemas sempre para o mesmo que é para aquilo que está mais próximo, mas nós haveremos de conseguir melhorar os níveis aqui no nosso concelho.

Ação Social, a novidade é a criação e implementação do Gabinete de Apoio à Vítima é o início da operacionalização do Plano de Desenvolvimento Social e do Projeto Radar Social, e como vos falei um investimento sem precedentes em equipamentos sociais que não sendo do município foi por via do projeto Municipal e das candidaturas municipais na OIL que vão receber este financiamento, nós quando fizemos isto pensávamos bom a gente arranjou dinheiro e as IPSS fazem as obras, não pode ser, então são mais projetos para o município adjudicar, mais obras, para lançar, mais obras para fiscalizar, e portanto isto também veio criar uma subcarga no número de empresas e no ritmo das empreitadas que temos para o nosso concelho.

Há depois um conjunto de outros serviços que vos convido a conhecer hoje temos o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, também o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, o Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal, o município está em todas, comparticipa e tem estes serviços no Concelho por via desta nossa intervenção que de facto cresceu muito o nosso envolvimento nesta área e temos depois o serviço de Teleassistência, Cuidar Mais, Cabaz solidário, enfim, por aí fora.

Na habitação, já vos falei 39 entregues, vamos adjudicar agora 21, mais 7 de construção de raiz, mas vamos ainda chegar a cerca de 60 apartamentos distribuídos por todo o concelho dos quais já entregamos 39, temos 9 já em reabilitação e portanto até final de 2025 esta área fica concluída já construção nova infelizmente não fica, e oxalá, fique até junho de 26 porque se o atual governo não alterar este faseamento do PRR, para esta matéria os municípios não vão ter as obras todas prontas e à medida que ultrapassam este prazo o apregoado financiamento a 100% que, já não é ,porque custos mais ao metro quadrado do que aquilo que nos pagam vai reduzir para oitenta e depois vai reduzir para sessenta e é isso que andamos todos os municípios politicamente a tentar alterar e a promover uma renegociação com a União Europeia destes fundos para que eles possam ser utilizados não até final de 26, mas, sim, até final de 27, à semelhança do que acontece com outros fundos da ITI que é para utilizar até final de 27.

No Centro Histórico para além da ARU lá está a obra dos Chafariz Dona Maria, o muro da Avenida dos Cavaleiros Santiago Espada, requalificação da Alameda 25 de Abril, cujo estudo estamos a fazer, mas também os arruamentos do Centro Histórico cujo projeto está em elaboração e cuja candidatura também é feita à ITI até final deste ano.

Na Área do Ordenamento do Território, o Plano Diretor ainda não está e, até estar publicado, ainda vai demorar aí mais um mês aliás tem que vir a esta Câmara, a este Órgão e portanto eu estimo que só lá mesmo para o final de janeiro é que haverá condições para, mas há um conjunto de outros estudos que por enquanto não implicam muito dinheiro e nós até estamos a executá-los a este ano por exemplo aqui a delimitação das zonas ameaçadas por cheias que vai continuar, mas depois na sequência deste plano virão outros planos, que são os planos de urbanização, várias localidades mas, um que é obrigatório avançar já que é o Plano Municipal de Redução de Ruído e Estudos Acústicos e depois a Reserva Ecológica Nacional está constantemente a ser mexida nós próprios vamos levar agora à última concertação do PDM, ainda mais umas propostas de exclusão à REN que não passaram durante os 3 anos de negociação mas face às pronúncias das pessoas vamos tentar salvar mais umas coisas e isto implica depois que eles é que limitam, eles é que impõem, mas quem paga os estudos

e quem paga as publicações são os municípios, e portanto, vamos ter também mais trabalho para os próximos anos, não é tudo para 2025.

Vou saltar aqui as áreas urbanas de génese ilegal, felizmente tem havido mais dinâmica, já se fecharam mais duas e creio que se calhar até final de 25 vai mais uma, ou duas, ficam com os loteamentos aprovados com a divisão da coisa comum e começam a construir legalmente.

Saneamento de Infraestruturas sempre muita coisa a fazer isto é um conselho enorme nós esticamos até ao limite acho que já estamos a ir longe demais em termos de racionalidade económica financeira, por isso é que se diz temos prejuízo é muito investimento para poucos fogos, isto é bom é vender água como a EPAL, com 500 km de condutas tem 700.000 consumidores, nós com 680 temos 38.000, estão a ver a dispersão do negócio, a dificuldade do negócio por isso é que estamos a ter prejuízo mas isto é para não taxar muito os nossos munícipes e as empresas, mas temos aqui mais trabalho vamos continuar na zona da Lagoinha, a rua do Transformador vai ser lançada agora a Rua Zeca Afonso no Terrim, a Rua dos amigos que já tem projeto já desbloqueamos ali algumas coisas vamos concluir aquela parte dos Olhos de Água, fazer mais duas ruas depois em Olhos de Água e temos aqui uma obra que anda há 3 anos em plano, mas, é mesmo assim, ela entrou em plano, por causa do "Eu! Participo" que é Rua Manuel João Lima Simões, mas é de facto complexo, primeiro pediram a pavimentação, no segundo ano pediram os esgotos, devia ser ao contrário, primeiro passo os esgotos, para fazer os esgotos tem que se fazer pluviais também, e para fazer esgotos e pluviais, tem que atravessar a estrada nacional e são projetos que têm que ser aprovados nas Infraestruturas de Portugal, os projetos estão quase a ser entregues, vão ser licenciados, depois dessa obra é que vem a pavimentação, e a garantia é que temos dinheiro orçamento para isto, afeto, ainda um empréstimo de anos anteriores e portanto vai mesmo ter que ser concretizado até final de 25.

Quinta das Asseadas, Quinta da Glória, etc. finalmente vamos lançar estes procedimentos concursais e já vos falei da empreitada de Carregueira Abreu Grande, que foi agora adjudicada, mas obviamente só tem expressão física e execução financeira nos próximos anos.

Na área do Abastecimento de Água, não é só este novo furo, vamos fazer também remodelações no Bairro Margaça numa zona que tem imensas roturas inexplicavelmente porque há condutas mais antigas mas há ali um problema qualquer, e vamos remodelar a conduta toda, e temos remodelações para fazer no Bairro José Maria dos Santos em Pinhal Novo, em todas as obras de Rede Viária estamos a fazer remodelações, mas vamos continuar em Forninho, Poceirão, também em Fernando Pó e vamos finalmente ligar o furo RA1 ao sistema de abastecimento de Palmela uma coisa que está desde 2011 para ser montada e que não conseguíamos por causa de uma expropriação que não se conseguia fazer nem com declaração de utilidade pública, finalmente conseguiu-se vamos agora fazer novo concurso porque já não custa o dinheiro pelo qual foi adjudicado naqueles anos como devem calcular.

Temos aqui muitos outros estudos, mas também estamos a preparar aí uma candidatura fruto aí de umas diligências políticas e institucionais que fizemos junto do fundo ambiental porque não tem havido pois para remodelações, toda a gente fala do combate às perdas da água da eficiência dos sistemas mas não há apoios ou os apoios que houve era só para aglomerados com mais de 50.000 habitantes e que tinham que ter um retorno financeiro do investimento por via da faturação no máximo em 20 anos, ora, isto não é apoiarem mais quem precisa e que tem território mais disperso, é apoiar aquilo que é o negócio, que é quem tem muita gente junta, e que pode, tem muitos clientes pode pagar o sistema parece que esse paradigma se vai alterar nós estamos a preparar um conjunto de propostas que obviamente não estão ainda no plano só estarão quando a candidatura for aceite e depois terá que que ser incorporado no plano seja para 25 seja para 26 seja para 27, mas fica cá o projeto e o dinheiro para quem quiser fazer.

Bioresíduos, estamos a alargar o biotriturador na escola já falei proteção do meio ambiente faço aqui o destaque para além das várias fases do plano local de combate às alterações climáticas a segunda fase do Pinhal Novo verde, o Ecoparque da Ribeira da Salgueirinha e o Parque Verde Urbano de Pinhal Novo, que tem um Master Plan em elaboração depois do Master Plan vamos a dois projetos separadamente e conseguiremos algum financiamento na ITI da AML, não há financiamento quase para mais nada, só há para coisas desta natureza, nesta lógica da neutralização dos corredores em torno das ribeiras de água, afastar a construção das zonas potencialmente ameaçadas por cheias, mas será um projeto estratégico para o combate às alterações climáticas, ao calor, e para a naturalização dos cursos de água e dos ecossistemas.

Poceirão, Águas de Moura e Fernando Pó, vão ter também obras em jardins, fontes, fontanários, e de acessibilidade ou seja, uma das obras que que já tem projeto aprovado e que está aqui até designado como espaço público e arranjos paisagísticos é sobretudo melhoria de espaço público, a Avenida da Liberdade em Águas de Moura desde o início do terreno do Quartel dos Bombeiros à entrada e desse troço até ao centro da Aldeia e depois do centro da Aldeia até à outra entrada e junto à estátua da Mondadeira, esses pavimentos vão ser todos remodelados, acessíveis, deixa de conservar calçada Sra. Presidente de Junta, vai ter que conservar betuminoso/poroso e outras coisas mais e vai ser tudo requalificado mas achamos que Águas de Moura e Poceirão também precisam de intervenções qualificadoras dos seus centros urbanos.

Na Cultura muito trabalho, congresso, ordens militares, trabalho e negociação com o estado português para intervir na recuperação da torre de menagem, das Ruínas de São Pedro da Marateca, e Rede Municipal de Bibliotecas com um trabalho fantástico, com novas iniciativas que já não há quase dias e fins de semana para tanta coisa, mas ainda vamos comemorar os 500 Anos de Camões, o nascimento do Luís Pacheco. Vai haver muitas novidades no próximo ano também e vou aqui falar de uma coisa que às vezes nos pergunta do Edifício de São Gonçalo compraram aquilo nunca mais fazem lá nada, pois está bem, estamos na fase do estudo prévio e do lançamento do projeto o nosso compromisso é com a junta e com a população apresentá-lo na próxima semana da Freguesia de Quinta do Anjo. Espero que os nossos dirigentes dos serviços respetivos estejam a ouvir bem este prazo.

Reabilitação do Edifício Santa Rosa, não temos falado dele, mas o projeto também já está em elaboração final, vai continuar a ser um espaço de atividades culturais e da Juventude, por jovens ligados às Artes, portanto já lá temos atas, já lá temos Rancho da Casa do Povo, já é famosa o famoso Pátio Caramelo, das dinâmicas culturais e associativas, mas vai nascer no edifício no primeiro andar um espaço dedicado às Artes, que é quase uma incubadora de artes, ou uma residência artística como se diz agora e que vai ser uma importante resposta.

Depois duas obras importantes já falamos, ampliação do Centro de Recursos para a Juventude, a Reabilitação dos Jardins e vamos ter um processo participativo novo, que estava no Programa de Mandato, mas que tem sido difícil, mas está a crescer e está a criar um grande entusiasmo nas escolas que é o "Tu Participas, Tu Decides", foi este o nome que decidido. Desporto, Recreio e Lazer, continuamos o forte investimento nesta área, se este ano e desde o final do ano passado já reabilitamos mais de 30 espaços de Jogo e Recreio, para o ano inauguraremos o Pavilhão Municipal, lançaremos o projeto de concessão construção da pista simplificada de atletismo em Pinhal Novo, mas temos ainda aqui mais umas quantas requalificações de espaços polidesportivos, agora não "Eu! Participo" querem mais um, a reabilitação do piso da Cascalheira, foi o mais votado e vamos também apoiar e intervir nas instalações do Desportivo de Águas de Moura, no Forninho Futebol Clube, no âmbito da OIL entre outras coletividades. Estou a falar destes, porque estamos mais ligados à área do Desporto, o Desporto Adaptado, Ciclismo vai à Escola, Clássica da Arrábida, Corta-Mato Distrital, Programa "50 +", enfim aquelas atividades todas e sempre mais uma outra inovação.

Indústria e Energia, estamos fortemente empenhados na redução, na descarbonização, na generalização da instalação do fotovoltaico em edifícios públicos, depois do Poceirão iremos tentar mercados municipais, biblioteca, e escolas para as quais temos projetos que têm agora que ser refeitos porque há novas exigências técnicas, eletrificação da frota, racionalização de consumos, na iluminação pública a revolução vai sendo feita, foi um grande salto, e agora continua a ser feita paulatinamente, o sistema de gestão luminárias, a melhoria e aproveitamento da Rede Auren mas vamos encetar o tal processo da criação de comunidades de energia no concelho.

Transportes e comunicações, são estas vias todas que aqui estão, as rotundas, os melhoramentos, as ciclovias que aqui estão, algumas obras que aqui estão, estão já em curso, portanto e dizem "então mas porque é que está ainda citado para o ano seguinte" porque há autos que vão transitar, tem que lá ter rúbrica e dinheiro, e há esta coisa que nos últimos três anos começa a ser insustentável, a gente dantes punha 10.000 € em cada unidade orgânica para revisão de preços, que dava para as obras todas, agora 10.000 € para revisão de preços não dá para nenhuma obra, portanto, são muitas dezenas de milhares de euros que acabam no ano seguinte por ter de estar afetas a uma obra que já terminou por causa da revisão de preços. Mas temos aqui novidades, rua Isidoro Vitorino, mais uma fase das circulares da Auto Europa, o arranque da ciclovia no Montenhoso, a rua dos Marinheiros em Brejos do Assa, a rua da Lagoa da Palha Velha, rua da Corela, a pavimentação desde a escola do Lau até aqui quase à Avenida dos Caminhos de Ferro, que é a estrada aqui para a estação de Palmela é um troço importantíssimo que é para o pessoal acelerar mais ainda, aquilo é uma reta complicada mas de

facto merece esta fase de reabilitação e pronto temos aqui muitas obras, umas já para arrancar com verba definida outras com verbas a definir decorrentes ou do empréstimo que há de ser aprovado ainda, ou do saldo de gerência, ou de algum outro financiamento ou candidatura que consigamos aqui regimentar.

Na área do Comércio e Turismo, também muita atividade às vezes fala-se das questões do empreendedorismo da formação etc. eu para isto convido a acompanhar a informação Municipal, mesmo esta semana tivemos uma formação em torno das questões da RGPD, para empresas do concelho com organismos nacionais promovidos e pela nossa área do turismo e atividades económicas e aquilo que está a ser feito na área da formação, também nesta área, na incubadora de empresas, etc. merece ser acompanhado porque às vezes somos questionados, parece que não se está a fazer nada nesta área e há aí um intenso trabalho também com a história da Via Verde para os grandes projetos estratégicos para aqueles investimentos mais pesados que tem estado a correr bem, que alguns finalmente vão ser anunciados por quem de direito e no próximo ano.

Há aqui um ou outro projeto inovador na promoção e dos produtos locais, da gastronomia local, para além dos eventos de referência que já constituem a marca de Palmela o mesmo relativamente às feiras de mostras, e outros eventos locais. Vamos ter mais incubadoras de empresas irá acontecer também, até no próprio Poceirão no Parque Mário Bento e estamos a trabalhar noutros projetos até para o Centro Histórico de Palmela, mas isso poderá ser lido quer nas entrelinhas, quer nas ações concretas que estão propostas no plano.

Disse Sr. Presidente, peço desculpa, mas de outra forma depois já não diria o essencial.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Houve, tenho que referir isto, uma reunião que foi proposta pelo senhor presidente com os líderes de bancada da Assembleia e comigo. Portanto, houve também ocasião para, nesse momento, se poder falar um pouco sobre estes números, estes macro números que aqui hoje foram apresentados. Refiro também que, para todos os líderes de bancada que não estiveram presentes, eu tive o cuidado, no dia seguinte, de fazer chegar a informação via e-mail e via serviços. Portanto, há a informação suficiente para podermos agora discutir aquilo que foi apresentado, que é este orçamento para 2025.

Façam o favor de fazer intervenções. Não me digam que não há intervenção.

Carlos Vitorino, PPD-PSD, faz favor.

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:**

Obrigado, senhor presidente.

Não, não vou fazer nenhuma questão; apenas referir qual vai ser a posição do PSD. Este vai ser, mais uma vez, um orçamento que nos traz valores muito elevados, mas que, à semelhança do que aconteceu recentemente, será certamente, no final de 2025, reduzido em alguns milhões. Teremos, assim, mais uma vez, um orçamento que mais não será do que uma autêntica evolução na continuidade. Uma evolução na continuidade nas repetições, por vezes, de parágrafos inteiros, na passagem do que foi e do que não foi executado, e que passa para o ano seguinte. É, pois, um orçamento que fica longe das necessidades dos munícipes, onde não se vislumbra uma verdadeira estratégia de desenvolvimento e que não corresponde à visão que o PSD tem do que deve ser a gestão autárquica.

Por estes motivos, seguiremos, obviamente, a posição tomada pelo vereador do PSD, Roberto Cortegano, votando contra. Esperemos que, para o ano, após as eleições autárquicas, seja finalmente possível votar de modo diferente.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda.

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

Boa noite, muito boa noite a todos os presentes. Cumprimento, na pessoa do senhor presidente da Assembleia, todos os que aqui estão e os que assistem, também através das suas casas. Antes de mais, obrigada pelas lembranças.

Gostaria de dizer que o Bloco de Esquerda vai votar de acordo com a sua postura ao longo dos últimos anos, que é a abstenção, por um orçamento que não é nosso, ao qual não participamos. No entanto, tenho aqui duas ou três considerações a fazer, relativamente à taxa de execução do PPI. Podemos consultar, através do documento disponibilizado pelo ROOC, que a taxa de execução global para este semestre de 2024 é de 6,43%. Se formos ao ano de 2023, a taxa de execução global era de 8%. Fui buscar a taxa de execução do ano de 2021, que foi influenciado pela situação pandémica, e a execução global é de 7,2%. O que esses números nos dizem é que, na realidade, ao nível de execução do PPI, ficamos muito aquém daquilo que é necessário.

Já tinha falado aqui anteriormente sobre o que acontece ao longo destes anos, com o que nos tem sido apresentado por este executivo. Estivemos cerca de uma hora a ouvir o senhor presidente a falar, a dizer que há obras feitas, mas que ficam enterradas e que não se veem, e por isso as pessoas não as veem, a não ser que esteja lá a tabuleta. Não é, senhor presidente? Na realidade, a taxa de execução para o primeiro semestre de 2024 é de 6,43%.

Depois, queria fazer também uma questão relativamente ao ROOC, não só este ano, mas no ano anterior. Diz que só foi possível fazer este documento devido à análise dos balancetes, porque a Câmara não disponibilizou o documento, que não é obrigatório. Mas aqui fica a minha questão: o que diz esse parágrafo? Não sei se o senhor sabe exatamente qual é o parágrafo, mas sabe o que estou a falar. Queria perguntar-lhe: sei que não é obrigatório, mas esse parágrafo está lá, o que quer dizer que poderia ser facultado o documento. Por que razão não o é facultado? Essa era a minha questão também.

Disse, Sr. Presidente. Obrigado.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado. Depois, já esclarecemos essa questão.

Aproveitando a nota da Tânia sobre as lembranças, quero dizer que agradecemos todas as lembranças que o município nos presenteou. Da minha parte e da nossa parte, da Assembleia Municipal, há um bolo-rei e moscatel ali em baixo, que não precisamos de esperar até o fim, porque já percebemos que o fim vai ser demorado. Portanto, quando quiserem, façam favor. Não precisamos de ser nós a abrir as hostilidades.

Patrícia Valente, Partido Socialista, faça favor.

A **Sra. Patricia Valente do PS**:

Boa noite novamente. Obrigada pela informação, senhor presidente. Eu queria só fazer alguns apontamentos em relação a este documento.

Em primeiro lugar, acerca da parte da ação social, do gabinete de apoio à vítima: quais são os objetivos iniciais previstos e como é que os munícipes vão poder chegar até este gabinete? Que meios de contacto é que vão estar disponíveis?

Depois, em relação às bolsas de estudo, eu queria alertar que a maior parte das despesas dos estudantes de ensino superior e do ensino secundário surgem normalmente no início do ano letivo, quando têm que pagar taxas de inscrição nas universidades, comprar materiais, pagar colchões... enfim, um conjunto de despesas que são apresentadas em simultâneo. Nós achamos que as bolsas poderiam, e deveriam passar a ser atribuídas preferencialmente em setembro ou, mais tarde, em outubro, em vez de serem atribuídas em janeiro. O período de inscrição para as bolsas poderia passar, por exemplo, para maio ou junho, de forma atempada, para que os estudantes pudessem apresentar as suas candidaturas e receber a bolsa de estudo na época em que mais faz falta, quando as despesas batem à porta.

A parte desta indicação, é ótimo para os estudantes que o número de bolsas tenha aumentado. Esperemos que, no futuro, possam ser ainda mais, no sentido de apoiarmos o investimento na educação dos nossos jovens estudantes e trabalhando para uma sociedade mais justa e igualitária no acesso a oportunidades, neste caso, à educação.

Disse, Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Luís Marques, MCCP, faz favor.

O **Sr. Luis Marques do MCCP:**

Boa noite, senhor presidente. Boa noite a todos os presentes aqui e aos que nos acompanham pelas redes sociais. Em relação à apreciação do documento provisional para 2025, as nossas atenções despertam para os projetos que se arrastam ao longo dos anos. A narrativa diz que as obras vão sendo feitas e duram há três anos, pelo menos. No entanto, como foi dito aqui e também indicado na análise, apenas 6%, pouco mais de 6%, foi executado no capítulo de instalações municipais de serviços.

O documento provisional de 2023 afirmava que em 2023 iniciava-se o processo de reabilitação de um edifício emblemático, o edifício COMP, para instalação de serviços. Em 2025, o edifício COMP Pinhal seria completamente reabilitado e transformado para acolher serviços. Isto é o que está descrito no GOP 2025. Pergunto, senhor presidente, em 2025, as obras estarão concluídas no edifício COMP para a reabilitação e acolhimento de serviços municipais?

No capítulo da Proteção Civil, afirma-se que se vai continuar a apoiar financeiramente os grupos de bombeiros permanentes. Em 1999, quando esses grupos foram criados pela Câmara Municipal, a contribuição financeira foi de 6.000 EUR, o que, traduzido de escudos para euros, correspondia ao valor anual para eles. Para 2024, a participação municipal será de 130.000 EUR para oito elementos, o que corresponde a um aumento de 136%, considerando que o valor do salário mínimo nacional de 1999 para 2024 cresceu cerca de 240%. Sugerimos que o valor indicado para o orçamento de 2025 seja em torno de 200.000 EUR para ajustar de forma equitativa e quantitativa.

Ainda neste capítulo, afirma-se que se vai concluir em 2025 o processo de elaboração e implementação do Plano Especial de Emergência para o Centro Histórico de Palmela. Contudo, já no plano de 2022-2023-2024 foi referido este projeto. Pergunto, senhor presidente, efetivamente, quando é que começa a elaboração do plano? Continuando nos planos 2022-2023-2024, colocou-se como objetivo a revisão do plano de emergência externo para a AEL para 2025. Volta a colocar-se esse objetivo. Mais uma vez, pergunto, senhor presidente, esta revisão tem caráter periódico e anual ou nunca foi realizada desde 2022 e está sendo adiada para os anos seguintes?

No documento de análise, diz-se que se vai dinamizar a constituição da unidade local de proteção civil no seio das juntas de freguesia, mas já no plano de 2022-2023-2024 afirmava-se esse objetivo. Pergunto, senhor presidente, qual a razão do atraso na constituição dessas unidades?

No capítulo do ensino, mais uma vez, se verifica a indicação de ações que se prolongam no tempo, nomeadamente as obras de requalificação do logradouro José Joaquim de Carvalho, que aparece no plano de 2022 e volta a aparecer nos planos em análise. O mesmo acontece com a requalificação do logradouro da EB Alberto Valente, que vem nos planos de 2022 até 2025. Pergunto: a obra de requalificação tem sido realizada em prestações ou será efetivamente iniciada em 2025?

Ainda neste tema, a revisão da carta educativa de Palmela começou em 2022. As duas perguntas que coloco são: por que razão 4 anos para uma revisão da carta educativa? E, efetivamente, a carta educativa em 2025 ficará concluída?

No capítulo de resíduos e limpeza urbana, escreve-se que, em 2025, prevê-se reforçar a sensibilização e fiscalização de ações especiais de limpeza e combate à poluição e abandono de resíduos. No plano de 2023,

escrevia-se que se iria implementar uma grande campanha de educação e sensibilização ambiental ao longo de três anos. O que podemos ver é que nada foi feito com a devida determinação e o saber necessário para termos frutos nessa área, e a forma de comunicação para a conscientização das populações não tem sido eficaz.

No capítulo do desporto, fala-se de um estudo para a instalação de novos equipamentos nas zonas de recente construção. Pergunto, senhor presidente, será que realmente há a dúvida de que se justifica novos equipamentos nas freguesias da Quinta do Anjo? Acho que não temos dúvidas, nomeadamente uma piscina ou outros equipamentos que atendam à população. Para não alongar mais a minha intervenção, quero também destacar que há vários outros assuntos, como os atrasos e adiamentos em obras que implicam terceiros, nomeadamente os organismos da administração central. Compreendemos que projetos de candidaturas a fundos europeus estão em atraso, mas também compreendemos que há um grande número de obras e ações por concluir que se estendem ao longo dos anos e do mandato.

Obviamente, se fizermos uma análise comparativa entre os primeiros orçamentos e o atual, veremos que neste mandato existe uma falta de continuidade e coerência nos projetos deste concelho. Por todas essas razões, o MCCP votará contra esta proposta.

É tudo, Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não tenho mais nenhum registo de intervenção. Certo?

Carlos, faz favor.

O **Sr. Carlos Silva do PS:**

Boa noite, novamente. Falando em relação à questão do orçamento, como das grandes opções do plano, falando em termos genéricos mais ao nível económico, gostaria de falar sobre a questão, por exemplo, da estratégia local de habitação. Uma grande parte desses fundos, no início, quando estavam a falar aqui da saudação, pensando até na questão da visão europeia, vem das instituições europeias. Muito dessa comparticipação, que normalmente até é a fundo perdido, vem dessas instituições.

Faço aqui um comentário à estratégia local de habitação. Pude verificar, por exemplo, na tabela das GOP, que os valores definidos para a habitação são muito mais elevados do que os de outras áreas, como o comércio e o turismo. Por exemplo, a questão do comércio e do turismo está abaixo de meio milhão, mas poderia ser deslocado até um valor um pouco mais elevado, considerando a potencialidade do nosso concelho. Posso falar, por exemplo, da criação de iniciativas para o comércio tradicional nas três freguesias, como na nossa união de freguesias também.

Vi que o presidente falou da antecipação dos valores ao estado central, e aqui posso até dar razão. De facto, já receberam 2,3 milhões até o momento, mas em 2022, como ficou estipulado, em relação ao pavilhão desportivo, já se deslocaram fundos para outras áreas. O pavilhão vai ser inaugurado em janeiro, e, nesse ponto, dou-lhe razão. Talvez já deviam ter transferido, como o presidente disse, cerca de 4,7 milhões. O pavilhão foi orçado em 2022 em 2,5 milhões, e a segunda fase da Vala da Salgueirinha em 4 milhões.

Agora, só se alguém me recordasse em relação à questão do posto da GNR do Poceirão. Mas eu queria também referir, em relação à estratégia local da habitação, que será necessário dar um corte aos sapatos para 2025, porque, senão, esses fundos poderão ser considerados perdidos, dado o valor de cerca de 7 milhões que está estipulado nesse bolo financeiro.

Outra ideia, e que sei que os meus vereadores do Partido Socialista já vêm defendendo há algum tempo, é a criação de um plano de desenvolvimento social para o concelho de Palmela. Acho que isso seria muito importante, considerando algumas carências, como a questão da pandemia. Portanto, é só isto em relação a todas estas questões.

Disse, Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

Tânia Ramos de novo, rodapé faz favor.

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

Obrigada, Sr. Presidente. É só para conseguir esclarecer.

O parágrafo que estava a referir era a conclusão, em que diz que o facto de o município não ter apresentado contas a trinta de junho de dois mil e vinte e dois, uma vez que não é obrigatório, levou-nos a apresentar uma demonstração de resultados e um balanço criados a partir do balancete do final daquele mês, mas com algumas correções no pessoal e nos acréscimos de rendimentos. As contas apuradas para o semestre, desta forma, não dão mais do que uma imagem aproximada do que serão as contas a trinta de junho de dois mil e vinte e três, é o que diz aqui. O senhor Presidente sabe o que é que nós dizemos às crianças: todas as perguntas são boas, porque todas as questões são boas, certo? E se eu tenho dúvidas e estou a perguntar, e se a resposta a ter foi muito óbvia, ainda bem que o senhor me pode dar. Mas as perguntas são todas boas, certo? Muito obrigada. E essa, eu quero perceber: por que é que várias vezes, ou seja, se o ROC vem aqui a dizer que não é obrigatório, mas que não apresenta as contas, qual é a razão disso acontecer? Esta é a minha questão.

Disse, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não?

Sr. Presidente da Câmara, faz favor.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, a minha reação, atónito, a esta abordagem sobre a questão do ROC, tem de ver, de facto, com uma descontextualização e possivelmente com um desconhecimento, que é natural, do que é este tipo de balanço feito pelos ROC. A senhora encontra isto dito e escrito da mesma maneira em todas as autarquias, porque, de facto, os municípios não apresentam contas a trinta de junho. Os municípios apresentam contas em abril de cada ano referente, e, portanto, eles gostariam de ter um balanço noutra data para poder fazer os comparativos de acordo com as técnicas dos revisores de contas. Eu vou voltar a ler, que é para ver se lemos todos bem e a mesma coisa:

"O facto de o município não ter apresentado contas a trinta de junho de dois mil e vinte e quatro, uma vez que não é obrigatório, porque não é obrigatório, o que nós trazemos até o final do ano é o balanço das contas da Palmela Desporto e não sei o quê. Pronto, é isso, depois, à aprovação das contas, levou-nos, os analistas, a apresentar uma demonstração de resultados e um balanço criados a partir do balancete do final daquele mês, é normal, é o balancete que os senhores receberam hoje que, em junho, na Assembleia Municipal, aqui, junto à Atividade Municipal, vem com as demonstrações financeiras. Eles tiveram de trabalhar com isto é o que estão a dizer, como não há um documento oficial aprovado, porque não é obrigatório, nem se faz neste mês o que se faz é ir aos balancetes. Os balancetes são vertidos para aqui e já vamos falar das percentagens de execução, com algumas correções no pessoal e nos acréscimos de rendimento. Por quê? Porque há aqui rúbricas que flutuaram comparativamente, tem que ver com as despesas de pessoal, com as progressões nas carreiras, etc., etc.

As contas apuradas para o semestre, desta forma, não dão mais do que uma imagem aproximada do que serão as contas a trinta de junho de dois mil e vinte e três, é isto, é simples, o que é que se pretende inferir daqui? Que há aqui alguma fuga à prestação de contas? ou que as contas não são claras e transparentes? São. A conclusão do ROC é que isto está feito em condições. É aquilo que eu vejo. Portanto, quero tranquilizá-la. A

técnica de elaboração destes documentos é assim. Falam uma linguagem que nem sempre é aquela que nós também utilizamos nas autarquias, mas eles são obrigados a ter esta estrutura de documento.

Depois, vamos às outras asserções que levaram, V. Exª, a dizer que tem apenas uma execução do PPI de 6%. Não é assim. O PPI tem um grau de execução no ano de 22% e uma execução global de 6,43%. Isto também tem que ser cruzado com outros indicadores. O que é que eu lhe quero dizer? Até é normal que o PPI, que é apenas uma parte da atividade municipal que diz respeito aos investimentos, e que nós até temos mais investimento que outras autarquias e temos uma percentagem superior de despesa em investimento, tenha níveis de execução baixos em junho. A gente no início do ano não começa a fazer obras a 100%. Aí está, pode vê-las neste documento. É que nós em outubro, em outubro, porque são dados de outubro, novembro e dezembro, executa-se muito porque paga-se muito, é agora que vamos pagar estas coisas dos últimos meses de verão se formos à página cento e cinco, investimentos, seis milhões novecentos e tal, trinta e um virgula trinta e dois, na habitação quarenta e quatro dezassete, em edifícios, vinte e três nove, isto dá uma média superior a quarenta por cento, em outubro, não é? Vamos ver como é que chegamos ao final do ano. E já que quis fazer inferências, V. Exª, e também outras intervenções, sobre o nível e a capacidade de execução, convido V. Exªs a consultarem as contas de gerência, como a nossa, em abril do próximo ano, dos outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa, para perceberem que Palmela esteve em segundo lugar, em quarto e em terceiro, como um dos municípios com maiores níveis de execução, olhe, Lisboa, com tantos milhões, coitadinhos, eles é que não gastam o dinheiro que têm a mais, não é? Vamos falar de atrasos de obras, meus amigos. Isto, enfim... há pessoas que se candidatam a estas coisas, mas naturalmente têm que perceber como é que se trabalha nas autarquias. As autarquias são sujeitas a muitos constrangimentos da contratação pública, a prazos, se eu fosse agora aqui descrever, não vos vou amassar, mas consultem o código dos contratos públicos para perceberem os tempos da adjudicação, mais "X" dias para não sei o quê, mais cinco dias para não sei quantos, mais dez dias para audiência prévia, mais quarenta e cinco dias se a empresa quiser estar quarenta e cinco dias sem vir assinar a consignação, mais seis dias para elaboração de contrato. É que demora mesmo muito tempo a fazer uma simples obra, demora, a não ser que nós fizéssemos só ajustes diretos, Não é? Esperar meses, meses a fio pelo visto do Tribunal de Contas, e os senhores dizem: "Nós até compreendemos as obras, que depende dos parceiros das entidades externas e tal." Não, eu sei que vocês compreendem isto, também era melhor com essas evidências, mas vocês não compreendem outras coisas que não querem compreender, sobretudo quando dizem: "Mas já está uma obra desde dois mil e vinte e dois", tem que estar... quando se abre a rubrica da carta educativa em dois mil e vinte e dois não é para fazer em dois mil e vinte e dois, porque ela tem que estar aberta para você lançar o procedimento, é para fazer em dois mil e vinte e dois, e em dois mil e vinte e três, depois de adjudicar, seja em dois mil e vinte e dois, seja em dois mil e vinte e três, é que começa então a correr o prazo da elaboração e, portanto, é normal que fique concluída em dois mil e vinte e quatro e que seja apresentada em dois mil e vinte e cinco, tal como as outras obras.

Os senhores daqui a uns anos vão dizer a outros autarcas que aqui estejam, a outra equipa, vão dizer: "Mas isso já estava no orçamento de dois mil e vinte e cinco!" e vocês estão em dois mil e vinte e sete, ainda estão a executar a obra, porque é mesmo assim, senhoras e senhores membros da Assembleia. Eu tenho que abrir a rúbrica com o nome, tenho que fazer uma candidatura sem verba definida, ou com verba, pois a verba só a definir, depois tenho que meter verba para os projetos. Dou-lhe dois exemplos: a escola Hermenegildo Capelo, tivemos que arranjar verba com fundos próprios para gastar cem mil euros em cada projeto, cem mil euros em cada projeto, e já lá está, não sabemos quanto vai custar a obra, estimamos deve ser, cada obra deve andar à volta de três milhões, quando for adjudicada, vai custar quatro ou cinco, esperemos o que é que vem aí? Nós só podemos meter esse dinheiro para o próximo mandato, quando nos garantirem o Ministério da Educação, naquele programa de reabilitação das escolas, porque estas duas estão lá como prioridade dois, que há financiamento para isto, porque foi isso que ficou previsto na transferência de competências.

Nós temos já aqui obras que já tivemos, dou-lhe o exemplo, discutimos isso aqui na alteração modificativa, o Edifício PAL, tem 6 anos, já era, de facto, para ter sido feito no outro mandato, mas fizemos um projeto que não foi aprovado, tivemos que fazer estudos e sondagens no terreno que exigiram outro tipo de estabilidade e outro tipo de projeto que é para o edifício que nós conhecemos e para uma série de coisas que estão lá atrás, de um outro armazém da antiga Rádio etc. Aquilo tem que ser tudo demolido, tudo alterado, fizemos um procedimento, ficou deserto quanto é que era o procedimento, senhor diretor? Seis centos e tal mil euros, nenhuma empresa concorreu. Sabe quanto é que vamos ter que candidatar agora, que é para não pagarmos tudo das nossas verbas, porque não temos dinheiro para tudo? A estimativa dos nossos dirigentes e técnicos é

que a obra, com a complexidade que tem, com o aumento dos preços de materiais, daquela área, possa ter que ir com um preço base na ordem de um milhão e pouco. Então, o que é que vamos fazer? Vamos candidatarmos à ITI da AML, que é para ver se, pelo menos, desse milhão, quatrocentos mil euros são comparticipados.

Portanto, também convido V. Exª a perceberem um bocadinho como é que isto é trabalhado nas autarquias, o político só tem o mérito de ter a persistência de ir à procura de financiamento, de validar os projetos com a população, etc., mas os nossos técnicos fazem um trabalho louvável ninguém consegue trabalhar mais horas, com mais dedicação e empenho do que eles e, se os senhores acham que as obras do município estão todas atrasadas, etc., podem criticar o executivo e o presidente podem dizer que é má gestão, eu prefiro que me critiquem a mim do que critiquem os nossos técnicos. Mas os senhores estão a falar de coisas que não sabem e convido-os a conhecer um bocadinho como é que estas coisas são feitas, porque indiretamente estão a chamar preguiçosos e incompetentes a toda a estrutura municipal, que dá o litro para, em tempo recorde, eu saí do gabinete diretamente para cá, ainda havia pessoas a trabalhar no gabinete dos fundos para submeter candidaturas, e não ganham um cêntimo de horas extraordinárias.

Portanto, eu tenho que reagir assim, para os senhores perceberem que também tem que haver aqui uma postura crítica, um bocadinho com mais lisura, nós não fazemos tudo bem, mas não pode ser assim, tipo "bota-abaixo." Aliás, o senhor membro do MCCP reproduziu aqui a cartilha do seu vereador na reunião de câmara, porque o que é consumado em generalizações e congeminações que, de facto, não correspondem à verdade. Se os senhores tiverem disponíveis para me ouvir mais meia hora, eu faço só dez daquilo que fiz na reunião de câmara, eu tenho aqui uma lista, das obras concluídas já em dois mil e vinte e quatro, tenho aqui outra lista dos trinta e tal espaços de jogo e recreio concluídos, e tenho também uma lista dos projetos que também foram concluídos porque os projetos também são de trabalho, fazem parte da obra, não é? E qualquer projeto, para trás ou para a frente, etc., seis a nove meses, mesmo quando é um projeto de uma estrada, fazemos nós internamente mais rápido do que quando adjudicamos ao exterior, mas nós não conseguimos fazer todos e temos mesmo que adjudicar muitos ao exterior.

Eu vou pedir ao Senhor Presidente da Assembleia que faça chegar depois ao líder de cada uma das bancadas, a estatística com o número de procedimentos concursais, saber quanto é que dá por semana, isto é uma pequena amostra, porque, entretanto, há outros que não estão aqui contabilizados, não estão lançados, mas que estão a ser preparados. Falar de falta de concretização quando nós somos um dos municípios da AML que ou está no pódio, ou está ali à beira do pódio todos os anos, é evidente que há anos mais difíceis em termos de execução orçamental, porque as obras financeiramente mais pesadas vão transitar para o ano.

Nós estamos há um ano fazendo projeto da Ribeira da Salgueirinha, com uma das melhores empresas da Península Ibérica, especialista nesta área, mas o projeto, que está sujeito a estudo de impacto ambiental, a uma série de coisas, é de uma complexidade extrema, obviamente, só para o ano é que vamos executar, do dinheiro da Ribeira da Salgueirinha, que vai custar quase sete milhões e que o governo só financiou com três ponto oito e que nós estamos a tentar que vá aos cinco ponto quatro, porque já reuni com o Sr. Secretário de Estado e com o Secretário Geral do Ambiente, estão a ver quanto é que o município vai ter que pôr. Para o ano se conseguirmos expropriar dezenas de propriedades para fazer as bacias de retenção, para fazer o traçado da linha de água onde a Agência Portuguesa do Ambiente, a CCDR, as cartografias mandam, se executarmos setecentos mil euros é muito, é normal que a execução financeira também baixe, mas são por razões objetivas, não há aqui qualquer ficção ou os senhores acham que eu não queria ter as obras todas prontas para as inaugurar em dois mil e vinte e cinco.

Respondendo à sua outra questão, obras prontas em dois mil e vinte e cinco, vai haver algumas, outras não vão, são obras trienais, são obras de dois anos, mas eu espero que quem possa inaugurá-las mesmo não sendo eu, as inaugure com orgulho de um trabalho e da tal visão estratégica que a CDU tem imprimido no território ao longo de muitos mandatos.

Sra. Membro da Assembleia, relativamente à sua observação ao regulamento das bolsas de estudo ele está aprovado com essas datas, foi aprovado por unanimidade, admitimos alterações como sempre temos vindo a faze-lo e se calhar também iremos procurar para o próximo ano antecipar as candidaturas e outras questões que aqui referiu do gabinete de apoio à vitima, eu nem quero falar do local, mas muita gente já percebeu mais ou menos onde é que vai funcionar até por questões de segurança, mas vai haver linhas de contacto, de apoio,

sendo grande parte das situações despistadas em sede de atendimento social e são despistadas pelas forças de segurança, vai haver mecanismos ágeis e fáceis de comunicação, é uma equipa multidisciplinar, que tem psicólogos, tem técnicos de intervenção social, tem juristas e tem ligação direta a todos os organismos que trabalham nesta área, é uma equipa que já está a fazer prevenção nomeadamente a Cooperativa SEIS, com quem trabalhamos à três anos e com resultados muito interessantes na mobilização da comunidade, das escolas, das artes, etc. e queremos é conseguir adjudicar essa prestação de serviços, esse protocolo e também gostávamos de conseguir uma candidatura junto da SIG, que houvesse algum financiamento porque esta ideia generosa foi criada aqui à uns anos com um programa de financiamento que depois acabou e se revelou insuficiente para o número de gabinetes ao ponto de já quererem que os gabinetes fossem intermunicipais, mas isto tem que ter mecanismos proximidade, as pessoas não estão para se deslocar a um concelho vizinho e nós não aderimos a esse processo porque queremos ter o nosso próprio gabinete.

Falou aqui das questões dos Grupos de Bombeiros Permanentes e dos aumentos, eu quero esclarecer V.Exa. que hoje temos muito mais gente por associação do que tínhamos quando começou naturalmente e não temos mais sabe porquê, porque passamos a ter as EIPES a as EIPES, em bom rigor foi uma medida de um governo que quis mais uma vez ir aos orçamentos das autarquias "a gente paga cinquenta por cento se as autarquias pagarem cinquenta por cento" e as EIPES em bom rigor até visam substituir os GBPS, porque se houvesse três (gravação não audivel), em cada Quartel, se calhar acabávamos com os GBPS, mas o município em discussão com as associações de Bombeiros entendeu que mantinha os GBPS e a aferição do aumento do salário mínimo entre outras questões, por exemplo descobrimos que houve um ano em que algumas associações não pagaram a percentagem correta, uma questão técnica ou administrativa do desconto para a Segurança Social, isso vai ser corrigido. Essas matérias vão estar em análise sempre no início do ano com as Associações de Bombeiros, mas V. Exas ao abrigo da lei do direito da oposição podiam ter falado nisso depois da apresentação do orçamento e ninguém disse nada e se calhar tinham tido logo o esclarecimento, é no início de cada ano que nós fazemos a aferição. Obviamente que vamos ter que reforçar nas despesas de pessoal porque vai haver aumentos, vamos ter que reforçar as EIPES porque também vão beneficiar desses aumentos e vamos obviamente atualizar o valor dos GBPS, homem vezes catorze meses e respetivas contribuições.

O objetivo das EIPS não é pagar a cem por cento, é um apoio porque as Associações de Bombeiros, antes, quando havia muitos voluntários tinham outras pessoas no terreno. Infelizmente hoje os GBPS e as EIPS tornaram-se os assalariados como profissionais das Associações e estão a fazer serviços de saúde, etc. etc. que deviam de ser pagos pelo Ministério da Saúde que são pagos percentualmente ao quilómetro e a mais horas em vez de estarem efetivamente a desempenharem as funções para as quais as EIPES e os GBPS foram criados, mas isso é outra discussão mas quero dizer-lhe que nós ao contrário de outros estamos sempre do lado da discussão , da atualização, do rigor e da sustentabilidade, quer das associações quer do município, que já tem uma percentagem muito significativa de investimento na área da Proteção Civil.

Sras. e Srs. membros da Assembleia, este é o orçamento necessário para concretizar as obras que os senhores dizem que são ficção e que nunca mais estão feitas, etc. e é o orçamento necessário para realçar opções estratégicas de intervenção estruturada, sustentada no território para os próximos anos e eu espero que depois alguém possa melhorar e aprofundar estas opções estratégicas porque há de haver outros quadros de financiamento.

Uma nota final para o nosso amigo Carlos Silva da bancada do Partido Socialista, que gosta muito de brincar com estas coisas de criticas à Europa, eu espero que os senhores tenham criticas à Europa e à União Europeia, eu espero o Partido Socialista diz que luta e que faz o melhor para Portugal é que há muita coisa a criticar na União Europeia, mas o primeiro esclarecimento que lhe quero voltar a fazer porque já o fiz no passado, é que nós não estamos a ser beneficiados pelos fundos estruturais da União Europeia , ninguém nos está a dar nada, os senhores esquecem-se que Portugal paga para a União Europeia é evidente que há uns que pagam mais, mas será que você conhece as contas é que no passado nós já estávamos a pagar mais do que aquilo que estávamos a receber a partir do momento em que houve o alargamento a leste, e outros alargamentos que vão haver, faça as contas, é só fazer as contas, como dizia um Secretário Geral seu, é só fazer as contas, mas o mais importante do que isso, é evidente que a União Europeia tem que ser criticada e vou deixar aqui uma nota de caráter político, para a reflexão futura, nós lutamos durante muitos anos uma discriminação positiva para a Península de Setúbal, para a comunidade intermunicipal que entendemos criar com a perspetiva de que teríamos fundos acrescidos para elevar os indicadores de desenvolvimento da Península de Setúbal, pois estamos cá para

ver em dois mil e vinte e sete, que é quando vai começar a SIM a funcionar objetivamente e a ser financiada se haverá esses fundos para a Península de Setúbal, vamos tarde, o Partido Socialista e o PSD que acabou com essa discriminação demoraram muitos anos a tentar pôr isto no caminho apesar da CDU, sempre ter reclamado essa discriminação positiva e vamos ver se esta avidez de não prolongar como sempre fizeram noutros ciclos de fundos, a execução do PRR para a habitação até dois mil e vinte e sete, "ah! já foi negociado não pode ser renunciado", tem que ser renegociado tal como tem que ser de novo revisitado e renunciado os acordos que houve para a área da saúde em que a União Europeia exigiu que o governo arranjasse mais cem câmaras para aceitarem a transferência de competências a troco dos apoios para unidades de saúde mas estão lá outros compromissos que a União Europeia e o governo ainda não conseguiu concretizar, que é, equipar cada unidade de saúde com cadeira de dentista, que é pôr as unidades de saúde familiar e há lá dinheiro para isso, com meios auxiliares diagnóstico, para não andar a dar dinheiro a outros prestadores de serviços privados entre outras coisas.

Eu espero é que esta fobia agora de: não, não, vamos lá, não há mais prolongamento vamos arrebanhar o dinheiro então estão sempre a dizer o que interessa é executar deixem executar porque as coisas para executar também precisam de tempo sabe para que é que querem arrebanhar o dinheiro e esta é uma responsabilidade que eu assumo politicamente a dizê-lo basta acompanhar as discussões no sei da comissão é para financiar o orçamento da defesa e da Guerra agora cada um faz as opções políticas que entender eu acho que o dinheiro tem que ser para desenvolver, criar coesão social e territorial no espaço europeu. Disse.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado Sr. Presidente

Luís Marques um rodapé por favor.

O Sr. Luis Marques do MCCP:

Obrigado, Sr. Presidente.

Que fique aqui bem claro, que aquilo que dissemos, não tem nada a ver com a qualidade técnica dos técnicos que trabalham para a autarquia, atenção.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

A qualidade técnica e política do Presidente.

O Sr. Luis Marques do MCCP:

As opções políticas do executivo e as opções…

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Da organização que assume todas as responsabilidades.

O Sr. Presidente da Mesa:

Sr. Presidente.

O Sr. Luis Marques do MCCP:

"Exatamente, ou seja, são essas opções e essas prioridades que nós não concordamos, a qualidade dos técnicos que trabalham na Câmara, está mais que provada e se o corpo técnico (gravação não audivel) é porque se

calhar é insuficiente o precisávamos de mais técnicos provavelmente para que eles não ficassem lá até às nove da noite ou oito da noite, se calhar se tivéssemos mais um ou dois técnicos fariam falta, ou seja a qualidade não está em questão nem nunca esteve em questão, que fique bem assente.

Muito obrigado.

Sr. Presidente da Mesa:

Tomamos nota, muito obrigado.

Vamos votar.

Aprovado, por maioria, com 11 votos a favor da CDU, 9 votos contra (4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, e 2 do CH) e 10 abstenções (9 do PS e 1 do BE).

Sr. Presidente da Mesa:

São vinte e três horas e cinquenta e seis minutos, coloco à consideração dos líderes de bancada a continuidade da sessão ou a interrupção e voltamos amanhã.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Quando muito um intervalo de cinco minutos para eu comer também uma fatia de bolo.

Então podemos começar com o açúcar dá-me logo eu prometo ser muito breve.

Sr. Presidente da Mesa:

Continuemos, passamos ao três, Mapa de Pessoal para o ano de 2025 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, faz favor Sr. Presidente.

PONTO 3 – Mapa de Pessoal para o ano de 2025 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

<u>Proposta</u>:

Anualmente, no âmbito de cada exercício orçamental, o município de Palmela, na qualidade de entidade empregadora pública, promove o levantamento previsional de necessidades de capital humano, para satisfação de necessidades permanentes e temporárias do serviço público, tendo por respaldo as atribuições e competências cometidas aos diversos serviços municipais, em alinhamento com a missão e os objetivos estratégicos do município, bem como a sustentabilidade económico-financeira.

Tal previsão de necessidades, atento o preceituado no art.º 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), é materializada no mapa de pessoal, instrumento privilegiado de trabalho no planeamento e gestão estratégica de recursos humanos no contexto municipal, que incorpora os postos de trabalho necessários ao cumprimento/prossecução dos objetivos da organização e ao desenvolvimento das atividades municipais, atentas as respetivas atribuições e competências, concretizando visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, de acordo com o princípio da prestação de serviço público eficiente, eficaz e de qualidade.

Como instrumento de gestão previsional, o mapa de pessoal, com vigência temporal anual, é aprovado em simultâneo, com a proposta de orçamento municipal para vigorar no ano seguinte, em consonância com o estabelecido no artigo 28º da LTFP em articulação com o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Considerando que a Câmara Municipal de Palmela tem como vetor estratégico a constante qualificação do serviço público, através da gestão participada, da inovação e da valorização das trabalhadoras e trabalhadores, promovendo a respetiva capacitação para novas necessidades e responsabilidades, avaliando o potencial de desenvolvimento para abraçar novos desafios em diferentes contextos funcionais/profissionais, torna-se determinante a adoção de uma gestão de recursos humanos integrada, agregadora e inclusiva, focada nas pessoas, como elemento diferenciador e promotor do desenvolvimento no seio da organização, fomentando assim uma cultura organizacional orientada para a prestação de um serviço público de qualidade, de acordo com critérios de eficácia, eficiência, racionalização e otimização de meios (artigo 29º, nºs 1 e 2 da LTFP).

A proposta de mapa de pessoal para 2025, consagra o total de 1491 postos de trabalho, dos quais 1198 se encontram ocupados e 285 vagos - alguns destes (71) cativos para salvaguarda de provimento nas respetivas categorias de origem de trabalhadoras/es que se encontram, atualmente em regime de mobilidade intercategorias, regime de comissão de serviço em cargos dirigentes, períodos experimentais e mobilidades na categoria em outras entidades públicas. Prevê-se a criação de 8 postos de trabalho na carreira técnica superior.

Os postos de trabalho, efetivamente, vagos e a cria visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento, a efetivar no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar e outros a desencadear, ou com recurso ao instrumento da mobilidade na categoria com o objetivo de suprir necessidades permanentes de serviço existentes e outras que se antecipam face à transferência de competências da administração central para o município, nas áreas da saúde e social, com acréscimo e complexidade de responsabilidades, por forma a permitir mitigar a falta de capital humano em áreas técnicas e também operacionais (com exigência de maior qualificação).

Salienta-se que, durante o ano de 2024, no âmbito dos diversos serviços municipais, se efetivou a mobilidade interna na categoria de 27 trabalhadoras/es, bem como 2 mobilidade intercategorias (coordenação técnica na área administrativa), as quais, precedidas da concordância das/os respetivas/os trabalhadoras/es, tiveram subjacentes razões de conveniência para o interesse público. Tal potenciou a otimização das competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e consequentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação das/os trabalhadoras/es.

Nos termos da LTFP, a cada carreira/categoria profissional, constante no mapa de pessoal, deverá corresponder um conteúdo funcional, com descrição das funções e atividades chave segundo as múltiplas áreas de trabalho existentes, com correspondência às atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas (artigo 80º, n.º 1). Em complemento, prevê o artigo 10º do Decreto-Lei nº 121/2008, de 11 de julho, que esta caraterização dos conteúdos funcionais inerentes aos postos de trabalho deverá constar em regulamento interno. No Município de Pamela, tal regulamento encontra-se em vigor desde 1 de janeiro de 2012, precedido de aprovação em sessão da assembleia municipal, realizada em 16 de dezembro de 2011, tendo sido objeto de quatro revisões, a última das quais no ano transato.

Assinala-se que o Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas referentes aos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal, constitui um instrumento importante de suporte à gestão integrada de recursos humanos, com impacto nas diversas valências de recursos humanos - recrutamento e seleção, mobilidade interserviços, avaliação de desempenho e formação profissional - coligindo informação específica e essencial sobre a complexidade funcional, as atividades e as responsabilidades inerentes ao desempenho das funções, em alinhamento com a missão, atribuições e competências cometidas a cada serviço.

Tendo como referencial o levantamento das necessidades de recursos humanos e a gestão previsional dos postos de trabalho a constar no mapa de pessoal para 2025, atento o atual modelo de organização dos serviços municipais, considera-se pertinente proceder novamente à revisão daquele regulamento (que se anexa), com o propósito de efetuar, designadamente: (i) a descrição do conteúdo funcional e competências associadas a postos de trabalho de unidades orgânicas recentemente criadas, bem como a revisão do acervo de funções de áreas de trabalho considerando o complemento de atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas, em consonância com as alterações aprovadas aos regulamentos da estrutura orgânica mista e dos cargos de direção intermédia de 3º grau da Câmara Municipal de Palmela; (ii) a criação de áreas funcionais específicas em algumas carreiras e extinção de outras, com a atualização dos respetivos conteúdos funcionais

inerentes a esses postos de trabalho; e (iii) a atualização de descritivos funcionais cuja caraterização funcional e as especificidades inerentes à respetiva área de intervenção foram objeto de complementaridade.

Decorre ainda de imperativo legal (Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro), para efeito de reconhecimento à atribuição do suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, a trabalhadoras/es integradas/os na carreira de assistente operacional, a necessidade de o mapa de pessoal conter a caraterização dos postos de trabalho das áreas funcionais elegíveis para o efeito, concretamente: (i) recolha e tratamento de resíduos; (ii) tratamento de efluentes; (iii) higiene urbana; (iv) saneamento; (v) procedimentos de inumações, exumações; transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas; (vi) limpeza de canis e recolha de cadáveres animais; (vii) asfaltamento de rodovias, com área de afetação às Divisões de Águas (DA), Infraestruturas e Espaço Público (DIVEP) e Serviços Urbanos (DSU).

Foram ouvidas as organizações representativas das/os trabalhadoras/es, e auscultadas/os dirigentes dos diversos serviços municipais, de modo a refletir os conhecimentos e a visão das/os responsáveis dos diversos serviços municipais, e assim obter uma caraterização precisa e fidedigna da totalidade dos postos de trabalho, com a identificação das respetivas atribuições, funções e atividades.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 01 de novembro e 50-A/2013, de 11 de novembro, delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela que, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da referida lei e da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 29.º da LTFP, aprovar o mapa de pessoal para o ano 2025, bem como a revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, em anexo.

O **Sr. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:**

Sr. Presidente, estimados membros da Assembleia, a proposta é clara, peço a sua transcrição na íntegra e dar-vos-ia apenas aqui algumas notas à guisa de tópicos.

O mapa para além dos acertos técnicos sem relevância cria oito postos de trabalho na carreira técnica superior, para suprir necessidades identificadas pelos serviços, algumas decorrentes até da recente alteração à estrutura orgânica passamos a ter estas obrigações da transparência dos canais de denúncia, do plano de combate à corrupção, da conformidade, etc. que foi criado um gabinete nesse sentido e, portanto, é necessário outros postos e outros quadros. As áreas curriculares e funcionais abrangidas são as seguintes: direito, economia, gestão, ambiente, biologia, engenharia eletrotécnica, engenharia florestal, ambiente, engenharia eletrotécnica, para outra unidade orgânica, gestão, administração pública, sociologia, ciências sociais, e animação sociocultural, na área do gabinete da juventude, ciências sociais, animação, cultural, daag.

O mapa já é bastante descritivo e é evidente que está adequado não só aos desafios que temos, e ao orçamento que temos, porque o mapa tem de jogar com a disponibilidade orçamental seja para os novos recrutamentos, seja para o pessoal que já está, seja para o pessoal que se vai apesentar, até porque são rubricas diferentes.

A questão que se coloca aqui é esta dinâmica como vos disse ainda há pouco nunca se fizeram tantos procedimentos concursais num ano, são dezenas, nem todos produzem o efeito desejado e deixam uma lista de aprovados e graduada em número suficiente ou com aprovação para podermos suprir algumas vagas.

Temos outro fenómeno, que é o fenómeno das mobilidades, que já era grande os técnicos municipais de Palmela de facto são muito bons, são muito disputados, há muitos organismos da administração central e de outras câmaras que estão com as mesmas dificuldades, que em todo o país há falta de gente que queira ingressar na administração pública e assim que apanham uma oportunidade melhor procuram, e nós procuramos também, não cortar as pernas a essas pessoas, depois cada uma tem os seus fundamentos uns por questões familiares, ou por isto e por aquilo, mas tivemos também um volume muito grande de aposentações e quando veio o pessoal dos Ministérios nestas novas áreas de competências também houve uma série de pessoas que estavam na escola ou quiseram concorrer para a saúde, outros quiseram concorrer para a justiça, e portanto acabaram agora também por criar lugares vagos e necessidades em coisas que passaram a estar na área de competência da autarquia.

Isto significa que estamos com muitas contratações apesar de tudo, mas, igual número de saídas e o saldo é positivo, mas não chega, nós acabamos aqui há tempos de fazer um concurso de assistentes operacionais já metemos as pessoas todas e já estamos a fazer outro. Assistentes técnicos temos agora uma boa lista para ir colocando, mas chegamos aqui às engenharias aos arquitetos etc. é difícil, é difícil, o pessoal querer ficar na administração e outras pessoas que querem vir para cá estão hoje a utilizar o seguinte desafio vão aos concursos da BEP - Bolsa de Emprego Público, e dizem que estão interessados no lugar em Palmela, mas chegam cá e quando sabem o vencimento, bom não é a base da carreira, "ah! não eu só vou para aí, se me posicionarem no mínimo para ganhar x", era uma injustiça tremenda para outros técnicos que já cá estão começaram na base e que estão a progredir de acordo com a sua classificação e com o seu tempo de serviço, e portanto, é difícil, está a ser difícil, mas este mapa corresponde àquilo que é necessário em termos previsionais e tem também bem caracterizado os lugares que estão ocupados, os que estão por ocupar, os que estão cativos, porque entretanto temos pessoas em mobilidade ou pessoas em cargos de direção que quando deixarem de ser dirigentes têm que ter o seu lugar para voltarem ao seu lugar no mapa, portanto está aí tudo bem explicadinho.

Do ponto de vista do regulamento as propostas de revisão interna e descrição de funções e tarefas visam no essencial a adequação do documento às alterações introduzidas no última estrutura orgânica, alteração à estrutura orgânica abrangendo o Gabinete de Conformidade e Transparência que é novo, o Gabinete de Planeamento e Controle Financeiro, o Gabinete de Desporto e Atividade Física, a Divisão de Ação Cultural, a Divisão da Habitação passou de Gabinete a Divisão, e a Divisão da Organização e Sistemas de Informação, portanto isto implicou até com novas responsabilidades que as autarquias passaram a ter por exemplo a obrigatoriedade de ter um técnico de cadastro e isto ao meter esta pessoa por exemplo na DOSI, implicou alterar o regulamento não apenas o mapa, mas o regulamento das funções.

A proposta está como habitualmente detalhada permitindo uma compreensão completa das alterações introduzidas e respetivos fundamentos e, portanto, a informação técnica que acompanha a proposta também acrescenta outros elementos que poderão ser úteis numa discussão mais fina das propostas, não costumamos fazer esse tipo de discussão tão fina, porque eu creio que a informação é clara, e nem pode ser de outra maneira, é com este quadro que temos de trabalhar não há não há outra hipótese.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

relativamente ao mapa de pessoal, intervenções?

Clara Félix, Partido Socialista, faz favor.

A **Sra. Clara Félix do PS:**

Bom também vou ser rápida, e vou pegar nas palavras do Sr. Presidente quando ele diz que, este é um documento com bastante informação e detalhada, é, é verdade, e tendo em conta isso queria só dizer que numa ou noutra situação, até no regulamento, vê-se que quando se fala no perfil profissional ou de formação do candidato, por exemplo, dou como exemplo a divisão da educação, fala-se em docentes do ensino básico, porquê docentes do ensino básico?

Penso que sim, que está docência do ensino básico, pode ser, porque o professor tanto é do ensino básico, como no ano a seguir é do secundário, ou no mesmo ano tem básico e secundário, pronto, mas isto são pequenos detalhes.

Também pensamos que tendo em conta a preocupação de Palmela em ser um território educativo talvez pudéssemos acrescentar, não digo agora, mas vir a acrescentar o perfil das ciências da educação, para alguns gabinetes nomeadamente da divisão de educação e no gabinete de projetos socioeducativos, bom, é só isso, era um pequeno contributo, de qualquer dos modos o sentido da votação desta bancada vai ser a abstenção. Obrigada.

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Mais alguma intervenção relativamente ao mapa de pessoal? Não?

Sr. Presidente de Câmara faz favor.

O Sr. Presidente de Câmara:

Possivelmente, isto suscita um esclarecimento, o que está aí no mapa, sobretudo nos lugares ocupados é normal que tenha essa designação, porque, possivelmente, a pessoa que o ocupa teve essa formação, era do centro de ensino básico, não é naquilo que é desejável, é porque esse lugar está ocupado com uma pessoa que vem e que provém dessa carreira. Porque, se for na lógica da contratação futura, nós temos que ser, às vezes, até bastante generalistas e ir para o perfil das Ciências Sociais e Humanas.

Para a divisão de educação, precisamos de gestores também, mas eu creio que essa designação tão específica se prende um bocadinho com os lugares que estão ocupados com pessoas que têm essa formação, não significa que, para o futuro, se esse lugar vagar, que venha a ter essa descrição de competências ou de habilitações, que estamos a ser cada vez mais abrangentes e generalistas, tal como, para trabalhar na área social, não tem que ser exclusivamente um técnico da área social ou de ciências sociais. Procuramos abranger as formações que são mais adequadas, mas, obviamente, temos que ser mais abertos a outras formações.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente ao mapa de pessoal para o ano de 2025 e à revisão do regulamento interno de descrição de funções e tarefas, votamos.

Aprovado, por maioria, com 10 votos a favor da CDU, e 19 abstenções (9 do PS, 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Quarto ponto da ordem de trabalhos, Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos – Adjudicação.

Sr. Presidente, já teve ocasião também de falar neste aspeto, aqui nesta mesma sessão.

Faz favor.

PONTO 4 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos – Adjudicação

Proposta:

Na sequência da aprovação em Assembleia Municipal, realizada no dia 26/09/2024, do pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo, conforme estabelecido no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, foi aprovado em reunião de Câmara, realizada em 16/10/2024, a consulta às seguintes entidades bancárias para apresentação de propostas:

- ABANCA, Corporación Bancária
- Banco Português de Investimento
- Banco Santander Totta

- Caixa Geral de Depósitos
- Crédito Agrícola
- Millennium BCP
- Montepio Geral
- Novo Banco

O prazo para apresentação de propostas decorreu até às 16:30 do dia 12/11/2024.

À consulta efetuada submeteram proposta as entidades bancárias constantes do quadro seguinte e pela ordem indicada, com exceção do Novo Banco que não respondeu ao convite formulado.

	Nome	Data e hora
1.	Banco Santander Totta	30/10/2024 10:56
2.	Caixa Geral de Depósitos	06/11/2024 09:59
3.	Montepio Geral	11/11/2024 12:29
4.	Banco Português de Investimento	11/11/2024 19/05
5.	ABANCA, Corporación Bancária	12/11/2024 11:06
6.	Crédito Agrícola	12/11/2024 15:00
7.	Millennium BCP	12/11/2024 16:23

A abertura de propostas ocorreu no dia útil seguinte, 13/11/2024, pelas 14:30, na presença do diretor de Departamento de Administração e Recursos Humanos, do Chefe da Divisão de Finanças e Aprovisionamento, e da Técnica Superior da Divisão de Finanças e Aprovisionamento, Maria Isabel Remechido.

Da análise das propostas, deliberou-se admitir todas as propostas rececionadas por cumprirem todos os requisitos exigidos na consulta efetuada, nomeadamente no que se refere a:

- Natureza do empréstimo: empréstimo de médio e longo prazo;
- Montante: 2.560.000,00 €
- Finalidade: Financiamento de investimentos para um conjunto de obras e projetos incluídos (ou a incluir) no Plano Plurianual de Investimentos, 2024-2028;
- Prazo Global: 15 anos;
- Prazo de Utilização: 3 anos após data do visto do Tribunal de Contas;
- Amortização de capital: a 1.ª amortização de capital ocorrerá no último dia do prazo de utilização do empréstimo e cada uma das demais no correspondente dia de cada semestre subsequente;
- Prestações: Constantes de Capital e Juros;
- Pagamentos: Semestrais;
- Taxa de Juro: Indexada à Euribor a 12 meses;
- Comissões: Isento;
- Liquidação Antecipada: Possibilidade de amortização do empréstimo, total ou parcial, sem qualquer penalização.

Apresentando as propostas todos os requisitos exigidos na consulta, o que as irá diferenciar será o *spread,* resultando na seguinte ordenação dos concorrentes:

QUADRO 1

Nome	Spread	Ordenação
Caixa Geral de Depósitos	0,28%	1º
Montepio Geral	0,34%	2º
Banco Português de Investimento	0,385%	3º
ABANCA	0,44%	4º
Millennium BCP	0,50%	5º
Crédito Agrícola	0,79%	6º
Banco Santander Totta	1,45%	7º
Novo Banco	Não respondeu	

As propostas apresentadas e respetiva intenção de adjudicação foram disponibilizadas a todos os concorrentes, em 15/11/2024, tendo-se concedido o prazo de 10 (dez) dias para que os mesmos, caso assim o entendessem, se pronunciassem ao abrigo da exigência legal do direito de audiência prévia, em conformidade com o disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo. Terminado este prazo, não foi recebida qualquer pronúncia.

De acordo com estipulado no art.º 52.º da Lei n.º 73/2023, de 3 de setembro, o Município de Palmela cumpre o limite da dívida total, conforme se constata pela aferição da dívida total à data de 30 de setembro de 2024, detendo, naquela data, margem de endividamento de 11,1 milhões.

QUADRO 2

Aferição da Dívida Total (setembro 2024)			
1. Limite divida total			
Receita corrente líquida	2021	(1)	55.065.172
	2022	(2)	62.219.288
	2023	(3)	61.929.713
Média da Receita Corrente		(4)=(1+2+3)/(3)	59.738.058
Limite divida total		(5)=(4)*1,5	89.607.087
2. Endividamento		(6)	14.597.514
3. Margem total disponível		(7)=(5)-(6)	75.009.573
4. Margem utilizável		(8)=(7)*20%	15.001.915
5. Empréstimos contratualizados e não refletidos na dívida		(9)	3.866.000
6. Margem efetivamente disponível		(10)=(8)-(9)	11.135.915

Apresentando o Município margem disponível para aumentar a divida total, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o nº 5 do art.º 49 da Lei nº 73/2013, de 3 setembro, a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante de 2.560.000,00€ (dois milhões quinhentos e sessenta mil euros), à Caixa Geral de Depósitos, por esta entidade bancária apresentar as condições financeiras mais favoráveis, menor spread e, consequentemente, menores encargos financeiros, nas condições e termos da proposta apresentada.

O **Sr. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:**

Bom, depois de ter sido aprovado em câmara, temos que trazer à Assembleia Municipal, que já havia autorizado a contratação deste empréstimo, aqui estão as cláusulas, as condições e as propostas apresentadas.

Portanto, compete ao órgão deliberativo fazer esta aprovação final antes de fazermos o contrato e enviá-lo para o Tribunal de Contas.

O Sr. Presidente da Mesa:

Sim, senhor, muito obrigado.

Intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos? Ninguém quer intervir?

Muito bem, vamos votar.

Aprovado, por unanimidade, com 29 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS, 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

Ponto número cinco Empréstimo bancário de curto prazo para reforço da tesouraria.

Sr. Senhor Presidente Câmara, faz favor.

PONTO 5 - Empréstimo bancário de curto prazo para reforço da tesouraria

<u>Proposta</u>:

Considerando que os Municípios podem contrair empréstimos a curto prazo junto de quaisquer instituições autorizadas por lei para ocorrer a dificuldades temporárias de tesouraria, ao abrigo do disposto nos n.os1 e 2 do artigo 49.º e no n.º 1 do artigo 50.º, da Lei n. º 73/2013, de 3 de setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais);
Considerando que amortização do empréstimo deverá ser efetuada até ao final do exercício económico do ano da contratação;
Considerando que a presente contratação se enquadra nos limites da dívida total do Município, de acordo com estipulado no art.º 52.º da Lei nº 73/2023, de 3 de setembro, conforme se constata pela aferição da dívida total à data de 30 de setembro de 2024;

Quadro - Aferição da Dívida Total (setembro 2024)			
1. Limite divida total			
Receita corrente líquida	2021	(1)	55.065.172
	2022	(2)	62.219.288
	2023	(3)	61.929.713
Média da Receita Corrente		(4)=(1+2+3)/(3)	59.738.058
Limite divida total		(5)=(4)*1,5	89.607.087
2. Endividamento		(6)	14.597.514
3. Margem total disponível		(7)=(5)-(6)	75.009.573
4. Margem utilizável		(8)=(7)*20%	15.001.915

5. Empréstimos contratualizados e não refletidos na dívida	(9)	3.866.000
6. Margem efetivamente disponível	(10)=(8)-(9)	11.135.915

Considerando, ainda, o comportamento histórico das receitas próprias do Município nos primeiros meses de cada ano económico;

Torna-se prudente promover um processo de consulta às instituições financeiras para que, no início do próximo ano, estejam reunidas as condições para contração de um empréstimo de curto prazo até ao máximo de 3.000.000,00 € (três milhões de euros) a ser utilizado sempre que se justifique e a ser amortizado até 31 de dezembro, conforme o estipulado no n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Nesse sentido, propõe-se, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 50º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que a Câmara Municipal aprove para submissão a deliberação da Assembleia Municipal, a autorização de abertura de procedimento de contratação do empréstimo de curto prazo para o ano 2025, com base nos seguintes requisitos:

A. Consulta das entidades bancárias
   - ABANCA, Corporación Bancária
   - Banco Português de Investimento
   - Banco Santander Totta
   - Caixa Geral de Depósitos
   - Crédito Agrícola
   - Millennium BCP
   - Montepio Geral
   - Novo Banco

B. Condições
   - Natureza do empréstimo: empréstimo de curto prazo;
   - Montante: Até 3.000.000,00 €
   - Finalidade: Necessidades de tesouraria;
   - Prazo do empréstimo: até 31/12/2025;
   - Período de Carência: Não há período de carência do empréstimo.
   - Prazo de Utilização: A utilização do capital ocorrerá no primeiro semestre de 2025;
   - Amortização de capital: o capital do empréstimo é amortizado integralmente até 31/12/2025. O Município de Palmela poderá proceder à amortização parcial do empréstimo, através de simples comunicação por escrito;
   - Propostas: Não são admitidas propostas variantes;
   - Pagamentos juros: Trimestrais;

- Taxa de Juro: Indexada à Euribor a 12 meses;
- Comissões: Isento;

A adjudicação do presente empréstimo bancário será efetuada à entidade bancária cuja proposta acarrete, no global, o menor volume de encargos financeiros para o município, ou seja, à proposta que apresente um *spread* mais baixo.

Em caso de empate em 1.º lugar entre duas ou mais propostas o desempate será efetuado na sequência de sorteio, a realizar em sessão pública, para a qual todos os interessados serão convocados, e da qual será lavrada ata. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração. Será adjudicada a proposta sorteada em 1.º lugar.

C. Júri
- Presidente – Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos;
- Vogal Efetivo – Gonçalo Nuno de Oliveira Grilo Rocha Neto, Chefe da Divisão de Finanças e Aprovisionamento;
- Vogal Efetivo – Maria Isabel Fonseca Remechido, Técnica superior da Divisão de Finanças e Aprovisionamento;
- Vogal Suplente – Susana Maria da Costa Caldeira, Técnica superior do Gabinete de Planeamento e Controlo Financeiro;
- Vogal Suplente – Florbela Cristina Cabete Silvério, Técnica superior do Gabinete de Planeamento e Controlo Financeiro.

Propõe-se ainda a delegação no Presidente da Câmara da aprovação do relatório de análise das propostas, adjudicação, minuta e assinatura do respetivo contrato de empréstimo.

O **Sr. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:**

Muito obrigado. Vou procurar resumir, sobretudo, os fundamentos desta proposta.

Trata-se de um empréstimo de curto prazo no valor máximo de três milhões de euros. Este é um recurso que utilizávamos desde dois mil e catorze, devido à previsão de potenciais riscos de disponibilidade de tesouraria no primeiro semestre, que resultam em grande medida dos atrasos nos reembolsos de pedidos de pagamentos feitos à Administração Central, no âmbito de candidaturas a Fundos Comunitários, incluindo financiamentos do BEI (Banco Europeu de Investimento), financiamentos de obras já concluídas e já pagas, e de contratos-programa.

Quero também dar conhecimento a Vossas Excelências que, nos primeiros quatro meses do ano, em matéria de impostos diretos, aquilo que chega da Autoridade Tributária é muito pouco, é residual. Só a partir de abril ou maio é que começam a aparecer as primeiras receitas de IMI, Derrama, e o IUC, que vem todos os meses, um bocadinho. Portanto, teremos um saldo que vai ser mais pequeno porque o dinheiro da receita prevista não está ao nível daquilo que era expectável quando aprovamos o orçamento há um ano.

Esses reembolsos, já vos explico quanto e quem são as entidades devedoras, pois é importante que saibam. Não entrando em detalhes, podemos vir a enfrentar meses difíceis para assegurar os pagamentos correntes e essenciais e nós felizmente, não temos dívidas a fornecedores, no âmbito da Lei dos Pagamentos em atraso

desde dois mil e catorze, dois mil e quinze, que temos tudo em dia e não gostaríamos de enfrentar dificuldades e, portanto, a outra lógica deste empréstimo, também já agora para que perceberem, porque aquele que contraímos em dois mil e catorze não chegamos a utilizar. Ele é feito com a seguinte prerrogativa: só utilizamos aquilo que precisarmos e podemos não utilizar, os bancos, claro, não ficam satisfeitos com isto, como já aconteceu no passado, só pagamos aquilo que utilizamos, e os juros serão sobre o valor utilizado. Portanto, trata-se de uma medida para acautelar eventuais atrasos de recebimentos, que venham depois a pôr em causa a disponibilidade de tesouraria do município.

Para terem uma ideia, vou fazer-vos o ponto de situação do que ainda se encontra por reembolsar. No início de novembro, encontravam-se por reembolsar pedidos de pagamento na ordem dos quatro virgula sete milhões de euros:

Da Estratégia Local de Habitação, ainda temos por receber ainda um virgula nove milhões de euros, referentes a obras e reabilitações feitas, com casas entregues.

Do Ministério da Saúde, em relação à unidade de saúde familiar de Pinhal Novo, inaugurada no final de dois mil e dezanove, dois mil e vinte, há duzentos e dezoito mil euros.

Do Ministério da Educação, para o pavilhão da Secundária de Palmela, seiscentos e vinte e cinco mil euros.

Do Ministério do Ambiente, no fundo ambiental, por ações de reabilitação no pós-incêndio, duzentos e quarenta e seis mil euros.

Do Portugal 2020, vários programas financiados pelo BEI, novecentos e noventa e oito mil euros.

Do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), que já fizemos e que apresentamos vai ser pago a cem porcento, trezentos e sessenta mil euros.

Esperávamos que este dinheiro estivesse disponível em julho, mas estamos desde julho até novembro nesta situação, esperamos ainda receber alguma coisa até o final do ano, mas não será suficiente para nos dar o conforto necessário para nos três primeiros meses do ano, praticamente sem receitas próprias, a não ser a água, saneamento e resíduos, que não paga o funcionamento da autarquia.

No que diz respeito a obras cofinanciadas ou com empréstimos, esse dinheiro sempre estará disponível, mas mesmo assim temos que pagar e depois apresentar os comprovativos ao banco, portanto, este é apenas uma medida para estarmos confortáveis se precisarmos, e utilizaremos só a verba que for necessária.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigado.

É uma salvaguarda.

Quem se quer pronunciar sobre esta proposta? Não? Votamos."

Aprovado, por unanimidade, com 29 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS e 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto seis, Acordo Complementar ao Auto de Transferência Nº ARSLVT/035/2023.

Sr. Presidente faz favor."

PONTO 6 – Acordo Complementar ao Auto de Transferência Nº ARSLVT/035/2023

Proposta:

Considerando que:

- o processo de descentralização de competências para os municípios foi desencadeado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, materializado, na área da saúde, pelo Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação;
- nos termos do artigo 20.º deste diploma, a transferência daquelas competências é formalizada através de um Auto de Transferência a assinar pelo Ministério da Saúde, as administrações regionais de saúde e os municípios;
- o Auto de Transferência n.º ARSLVT/035/2023 assinado em 30 de outubro de 2023, entre o Ministério da Saúde, a então Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP e o Município de Palmela, encontra-se em produção de efeitos desde 01/01/2024;
- o Auto de Transferência, deve completar as matérias relativas aos recursos humanos, patrimoniais e financeiros associados ao desempenho das competências transferidas, à definição dos instrumentos financeiros utilizáveis e aos níveis de prestação dos serviços relativamente às competências transferidas, nomeadamente quanto à gestão e conservação das instalações e equipamentos e, também, a construção;
- a transferência de competências para o Município, plasmado no Auto de Transferência n.º ARSLVT/035/2023, não faz referência à construção da nova unidade de saúde da Quinta do Anjo;
- é necessário complementar o acordo de transferência estabelecido no referido Auto, no que diz respeito aos investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde;

Propõe-se, em cumprimento do disposto na alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que:

1. A Câmara Municipal aprove a Minuta do Acordo Complementar ao Auto de Transferência n.º 35 ARSLVT/035/2023 que faz parte integrante da presente proposta, com produção de efeitos à data da assinatura do referido Auto;
2. Seja submetida à deliberação da Assembleia Municipal a Minuta do Acordo Complementar ao Auto de Transferência ao abrigo da alínea k), do n. 1, do artigo 25.º do supra aludido Regime Jurídico.

O Sr. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:

Muito telegraficamente, a futura unidade de saúde familiar de Quinta do Anjo tem que integrar, as listas dos equipamentos no auto passarão a fazer parte do património do município, e portanto, isto foi suscitado pelo Ministério porque, à época, quando aceitamos as transferências ainda não tínhamos o acordo de financiamento, tínhamos o protocolo para a construção e tínhamos começado a fazer o projeto e isto não pode entrar.

Bom, também não estavam lá outras coisas, nomeadamente Brejos do Assa, que eles nem sabiam que existiam, trabalhavam lá, mas não sabiam que existiam e até aproveito para dizer que, ainda hoje, não pagam a renda, o município é que está a suportar a renda, ainda não veio na transferência a renda mensal que pagamos pela utilização daquele edifício.

Mas pronto, isto é obrigatório, por isso, é um acordo complementar, porque de facto este património ainda vai ser construído, mas tem que ficar no património do município e nas obrigações depois de conservação e manutenção do município.

Eu estou a querer simplificar, mas há aqui uma outra informação relevante, que é que a ARSLVT também foi extinta, e, há aqui uma mudança também no articulado no que diz respeito ao segundo outorgante, passa a ser a ULS Arrábida, quem manda nisto tudo.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado Sr. Presidente.

Intervenções sobre esta proposta?

Estamos no ponto seis, não há intervenções? votamos.

Aprovado, por unanimidade, com 29 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS e 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Ponto número sete, Alienação de terrenos – Hasta Pública.

Sr. Presidente de Câmara, faz favor.

PONTO 7 – Alienação de terrenos – Hasta Pública

Proposta:

No atual contexto orçamental torna-se necessário obter fontes de financiamento alternativas para assegurar a execução dos investimentos previstos nos documentos previsionais para 2025, em particular os que terão de ser financiados, total ou parcialmente, por recursos próprios.

Assim, considerado:

- a existência de ativos imobiliários municipais de domínio privado, designadamente lotes de terreno para construção urbana;
- que, em termos urbanísticos, vários destes terrenos constituem lotes, cuja utilização para edificação representa uma consolidação das respetivas áreas loteadas;
- que a rentabilização e valorização dos ativos imobiliários municipais assentará pela identificação dos ativos que devam ser classificados como estratégicos e não estratégicos e, dentro destes, pela definição e execução de um conjunto de medidas que potencie a sua rentabilização;
- que os ativos imobiliários não estratégicos foram avaliados de acordo com os respetivos parâmetros urbanísticos;
- que, à data, é possível identificar um conjunto de ativos imobiliários municipais não estratégicos, suscetíveis de alienação em hasta pública, bem como definir os respetivos termos e condições de alienação;

Propõe-se:

A. que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o art.º 25.º, n.º 1, alínea g), conjugado com o art.º 33.º, n.º 1, alínea ccc), ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), a autorização para a alienação dos terrenos municipais identificados no quadro 1, através da realização de uma hasta pública sujeita às seguintes condições:

   1. Podem intervir no ato público quaisquer interessados na aquisição ou seus representantes, devidamente identificados e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para o efeito;
   2. Os interessados deverão requerer, junto da Câmara Municipal de Palmela a sua inscrição como licitantes no ato, até às 15H00 do último dia útil anterior à realização da sessão pública de licitação, tomando conhecimento das condições definidas e que regem a Hasta Pública:
   3. A arrematação em hasta pública decorrerá perante uma comissão, constituída por um presidente, dois vogais efetivos e uma secretária, que por questões de funcionalidade poderá ser apoiada por quaisquer outros funcionários municipais.

4. Todos os candidatos devem apresentar o seu nome, número fiscal de contribuinte, número do cartão de cidadão e domicílio, ou no caso de ser uma pessoa coletiva, a denominação social, número fiscal de pessoa coletiva e morada da sede.
5. A licitação iniciar-se-á com a apresentação da proposta de valor igual ou superior ao valor mínimo de licitação.
6. Na licitação subsequente não serão aceites lances inferiores a 500,00€ (quinhentos euros).
7. A licitação termina quando o Presidente da Comissão tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.
8. Se o ato de arrematação ficar deserto a Câmara Municipal de Palmela reserva-se o direito de alienar os bens através de outro procedimento.
9. O adjudicatário de cada um dos imóveis deverá prestar sinal, até às 15H00 do segundo dia útil imediato à adjudicação, correspondente a 10% do valor da venda, fazendo a entrega desse valor na tesouraria da Câmara Municipal de Palmela.
10. A escritura de venda celebrar-se-á no prazo máximo de 60 dias a contar da data da adjudicação, efetuando-se em simultâneo com a realização da escritura o pagamento da diferença entre o valor da venda e do sinal prestado.
11. O valor do sinal não será devolvido caso a escritura de venda não se celebre no prazo previsto no número anterior, por motivo imputável ao adjudicatário.
12. As despesas inerentes à celebração da escritura de venda e respetivos registos, bem como quaisquer impostos ou taxas que sejam devidos, constituem responsabilidade do comprador.
13. Caso a venda não seja realizada ao 1.º adjudicatário, a Câmara Municipal de Palmela notificará o último licitante antes do primeiro adjudicatário para, querendo, prestar sinal, no prazo de dez dias úteis, no valor de 10% da última licitação por si apresentada a qual constituirá o novo valor de adjudicação, aplicando-se o acima previsto quanto à celebração da escritura de aquisição.
14. O disposto no número anterior é aplicável até que sejam notificados todos os licitantes.

B. Que a comissão encarregue de promover a presente hasta pública seja composta pelos seguintes elementos:

- Presidente: Gonçalo Nuno de Oliveira Grilo Rocha Neto
- Vogais efetivos: Lúcia de Jesus Pereira Cardoso Tavares e Fátima de Jesus Coelho Raposo Felicíssimo
- Vogal Suplente: Susana Maria da Costa Caldeira
- Secretária: Maria Lúcia Botelho da Costa Marçal Santos

O Sr. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:

Sr. Presidente da Assembleia, tal como se refere no início da proposta, no atual contexto orçamental, é necessário obter fontes de financiamento alternativas, aliás, esta questão da venda de terrenos costuma estar em todos os orçamentos municipais e, aqui, há muitos anos estava sempre, embora não se vendesse nada, era só para dizer que iam ter receita, que não se conseguia fazer.

Isto era assim em todo o país, mas nós, efetivamente, também nunca tivemos necessidade, porque quisemos ficar com uma bolsa de terrenos que tem sido importante para resolver alguns problemas, para fazer algumas permutas, até para adquirir outros bens e imóveis em troca desses terrenos. Mas, entretanto, dessa bolsa, já o temos sinalizado aquilo que queremos utilizar, seja na estratégia local de habitação, seja noutro tipo de investimentos e equipamentos.

Temos ainda uma parte considerável de terrenos para afetar a equipamentos e, portanto, estes terrenos, não são estratégicos, há, entretanto, hoje procura. Os terrenos foram todos atualizados no que concerne à avaliação,

e, portanto, consideramos que é importante vender parte dos terrenos que temos em hasta pública, para arrecadarmos alguma receita, pois não são terrenos estratégicos.

Temos outros e suficientes para as finalidades que o município quiser, no presente e no futuro, utilizar. Por isso, temos que aproveitar também este contexto, que ainda há alguma procura, para ver se desempatamos algum dinheiro que está aqui imobilizado neste património.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre esta proposta de alienação de terrenos e venda em hasta pública, alguém quer intervir?

Não há nenhuma intervenção?

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Se vendermos isto tudo, quase não precisamos de utilizar o empréstimo.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Não? oh, Sr. Presidente, eu, por acaso, estive aqui a fazer contas rápidas e, não chega? Claramente.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Não chega, mas ajuda, tudo ajuda.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito bem.

Não há intervenções? Vamos votar.

Aprovado, por maioria, com 25 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE) e 4 abstenções do MCCP.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Ponto oito da ordem de trabalhos Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante de empréstimo de médio e longo prazo, adjudicado à Caixa Geral de Depósitos, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Sr. Presidente, faz favor.

PONTO 8 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante de empréstimo de médio e longo prazo, adjudicado à Caixa Geral de Depósitos, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, isto é obrigatório trazer à deliberação da Assembleia Municipal esta autorização para a assunção de compromissos plurianuais, também resultante de empréstimo de médio e longo prazo adjudicado à Caixa Geral de Depósitos. E, portanto, quer dizer, não há aqui nada de politicamente relevante a aduzir.

Isto tem prazos de amortização, tem juros e é plurianual, e, portanto, esta autorização tem que ser concedida pela Assembleia, apesar de o orçamento já ser plurianual, este plano, e este mapa, têm que ser aprovados pela Assembleia Municipal e é isso que aqui fazemos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Alguma intervenção sobre esta proposta? Não?

Agradecia aqui um bocadinho de silêncio, na frente, por favor.

Estamos neste momento com vinte e nove membros da Assembleia. Portanto, éramos trinta, certo?

Falta a Érica, saiu o João, portanto, estamos com 29 neste momento, desde há duas votações atrás, exatamente.

Muito bem, vamos votar.

Aprovado, por unanimidade, com 29 votos a favor (10 da CDU, 9 do PS e 4 do MCCP, 3 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 do BE).

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Resta-me agradecer a presença de todos e a participação de todos.

Dizer-vos que a visita, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, será realizada no dia vinte e cinco de janeiro, recordam-se que eu teria dito aqui que seria no dia onze, mas em função da inauguração do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, não a faremos e, portanto, falemos nesse dia vinte e cinco.

Estão todos convidados, desde já, embora recebam um convite mais próximo. A sessão começa aqui neste espaço às dez da manhã, com a apresentação do município em relação àquilo que é a estratégia, e depois visitaremos dois ou três locais.

Desejo a todos um excelente Natal e um próspero Ano Novo.

Muito obrigado, em Paz, e agora podem de novo voltar ao moscatel.

Muito obrigado.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro três horas e vinte e um minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e quatro, da qual se lavrou a presente ata, que eu, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos treze dias de dezembro de dois mil e vinte e quatro.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa